

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

BRUNA LUIZA DE OLIVEIRA TIMOTEO

**MODOS DE VIDA EM TRANSFORMAÇÃO: POSSIBILIDADES DO TEMPO
E POTENCIALIDADES HUMANAS NAS REFLEXÕES SOBRE FLUXOS
MIGRATÓRIOS NORDESTINOS PARA A CIDADE DE SÃO GOTARDO
(1970-2010)**

Uberlândia

2018

BRUNA LUIZA DE OLIVEIRA TIMOTEO

**MODOS DE VIDA EM TRANSFORMAÇÃO: POSSIBILIDADES DO TEMPO
E POTENCIALIDADES HUMANAS NAS REFLEXÕES SOBRE FLUXOS
MIGRATÓRIOS NORDESTINOS PARA A CIDADE DE SÃO GOTARDO
(1970-2010)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito para a obtenção do diploma de bacharel e licenciada em História.

Prof. Dr. Orientador: Paulo Roberto de Almeida

Uberlândia

2018

BRUNA LUIZA DE OLIVEIRA TIMOTEO

**MODOS DE VIDA EM TRANSFORMAÇÃO: POSSIBILIDADES DO TEMPO
E POTENCIALIDADES HUMANAS NAS REFLEXÕES SOBRE FLUXOS
MIGRATÓRIOS NORDESTINOS PARA A CIDADE DE SÃO GOTARDO
(1970-2010)**

Uberlândia, MG, 2018.

DATA DE APROVAÇÃO: ___/___/___

Pr. Dr. Paulo Roberto de Almeida – Orientador – INHIS/UFU

Ms. Anderson Aparecido Gonçalves de Oliveira

Ms. Rodrigo da Silva Félix

AGRADECIMENTOS

Falando sobre migrantes... o quanto eu o sou... A Universidade pública é um núcleo de atração de fluxos migratórios de diversas regiões do país e do mundo, que seduz pela educação.

Construída por políticas sociais constituídas com muita luta, agradeço este ambiente que ainda não se pode caracterizar como representativo da sociedade brasileira, mas que me proporcionou a convivência com uma multiplicidade de sujeitos.

No tocante, agradeço principalmente a turma 42 e aos professores de cada disciplina cujas discussões e leituras propostas enriqueceram este trabalho.

Sou grata ao Professor Dr. Paulo Roberto de Almeida por ter me orientado e incentivado nas pesquisas de Iniciação Científica e Monografia.

Ao que se refere a minha formação como pesquisadora foi fundamental as bolsas adquiridas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Agradeço essencialmente aqueles que disponibilizaram seu tempo para compartilhar suas memórias detentoras de tão peculiar riqueza, a estes ofereço humildemente estas páginas.

Por fim, sou grata a meu pai Sérgio, a minha irmã Caroline e, enfaticamente a minha mãe Rosa, cujo amor me fez continuar....

RESUMO

Na década de 70 o município de São Gotardo junto as cidades de Campos Altos, Ibiá e Rio Paranaíba recebeu o Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba (PADAP). A pesquisa em questão corresponde ao segundo fluxo migratório – atraído pelo programa. Melhor dizendo, migrações temporárias – devido a sazonalidade da colheita – e as permanentes, de mão de obra não qualificada para o trabalho rural, ênfase as migrações de nordestinos. Este trabalho procurou investigar “as possibilidades do tempo”, por meio da discussão das políticas do regime ditatorial militar na década de setenta, a respeito da área econômica e social no país, bem como, nos governos que seguiram ao período democrático. Ademais, analisar as alterações na legislação trabalhista. Perante a isso, interpretar as potencialidades dos sujeitos, que foram influenciadas pelas possibilidades do tempo, porém não determinadas. De tal forma, analisar a constituição de um fazer histórico que age com criatividade e resistência diante das condições de um tempo.

Palavras-Chave: PADAP, Migrações nordestinas, Ditadura militar, Modos de vida em transformação.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa de MG em destaque o município de São Gotardo	13
Figura 2: Foto de manifestação na BR-354	19
Figura3: Foto do Bairro Boa Esperança	28
Figura 4: Visualização de bairros do município	29
Figura 5: São Gotardo e Campus UFV Rio Paranaíba	30

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 1 ENTRE O ESTADO DE EXCEÇÃO E A DESIGUALDADE SOCIAL	13
1.1 Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba (PADAP) – 1970	13
1.2 Imposição, exclusão e repressão – Uma história local (?) da Ditadura Militar	14
1.3 Trabalhismo e construção de um Estado Social	22
CAPÍTULO 2 CONSTRUÇÃO DE FONTES ORAIS	32
2.1 Reflexões sobre um caminho	32
CAPÍTULO 3 MULTIPLICIDADE DE SABERES – DIÁLOGOS ENTRE INSTITUIÇÃO E SOCIEDADE	37
3.1 A moral do trabalho na educação familiar e o projeto de modernização	37
3.2 Constituição de Consumidores: a modernidade entre gerações	45
3.3 Usos e Costumes: As possibilidades do ser, ter e fazer	49
3.4 “Uma mistura de população rural com população rural”	57
3.5 Construção do Tempo: Passado, Presente e Futuro	61
CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	69
FONTES	71

INTRODUÇÃO

O ano de 2015 se distinguiu pelo fluxo migratório de refugiados para a Europa que ultrapassou um milhão no respectivo período. O diretor-geral da Organização Internacional para as Migrações (OIM) se pronunciou: “Sabemos que a imigração é inevitável, é necessária e desejável”. Metade dos refugiados eram sírios que fugiam da guerra em seu país, 20% eram afegãos e 7% eram iraquianos.¹

Em 2016 a Organização das Nações Unidas publicava que no ano anterior o número de migrantes internacionais chegava a cerca de 244 milhões – 41% de aumento em 15 anos, desse número 20 milhões eram refugiados.²

No mesmo ano Donald Trump é eleito presidente dos Estados Unidos e uma de suas principais medidas é a proibição da entrada de imigrantes de sete países muçulmanos, que é aprovada pela maioria dos cidadãos na Europa – segundo pesquisa realizada em dez países.³ Na Europa, se adota e se estuda medidas com o objetivo de restringir a entrada de imigrantes.⁴

No outro polo a consternação mundial com a imagem do menino Alan Kurdi de três anos, que se afogou durante a travessia de barco entre a Turquia e a Grécia, a família da criança buscava se refugiar no Canadá⁵.

O apoio das populações as políticas que impedem a esperança desses refugiados a outros espaços de vivência, é desvinculada da cena de morte. As ações públicas junto aos preconceitos individuais desembocam no mesmo efeito produzido pelas águas do Mar Egeu, porém a catástrofe social é cindida de sua responsabilidade social.

O ano de 2015 também é um marco do fluxo migratório para o Brasil, neste ano teria adentrado no país 117.745 estrangeiros. A polícia federal informa que em dez anos o número

¹Reuters. **Chegada de refugiados e migrantes na Europa em 2015 passa de 1 milhão**, 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/12/chegada-de-refugiados-e-migrantes-na-europa-em-2015-passa-de-1-milhao.html>> Acesso em: 24/09/2018

² ONUBR – Nações Unidas no Brasil. **Número de migrantes internacionais chega a cerca de 244 milhões**, revela ONU, 2016. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/numero-de-migrantes-internacionais-chega-a-cerca-de-244-milhoes-revela-onu/>> Acesso em: 24/09/2018

³MONTENEGRO, Raul. **A Europa contra os imigrantes**, 2017. Disponível em: <<https://istoe.com.br/europa-contra-os-imigrantes/>> Acesso em: 24/09/2018

⁴GRAÇA. **ONU manifesta preocupação com medidas restritivas contra refugiados na Europa**, Agência Lusa Viena, 28 de abril de 2016. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2016-04/onu-manifesta-preocupacao-com-medidas-restritivas-contra-refugiados-na>> Acesso em: 24/09/2018

⁵BBC News Brasil. **A história por trás da foto do menino sírio que chocou o mundo**, 2015. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/09/150903_aylan_historia_canada_fd> Acesso em: 24/09/2018

de imigrantes aumentou 160%. O maior número 14.535 é originário do Haiti seguido por bolivianos 8.407.⁶

Se forem analisados os comentários das notícias que foram as fontes deste texto, se observará um cenário desolador, que incluem até mesmos discursos eugenistas como argumentos contra os imigrantes. A lembrança do garoto de três anos se esvai. Os fluxos recorrentes de migrantes não permitem que a compreensão de casos como o de Alan Kurdi, sejam tratados como excepcionais ou extraordinários.

Será mesmo que precisamos de uma imagem espetáculo – no sentido de sua ampla divulgação – para dimensionarmos as consequências de nossos atos como sociedade? Ou é mais fácil a comoção por aquele sujeito que está longe o suficiente para não sentirmos o peso da culpa que simboliza? Ou ainda o sentimento só advém quando o efeito não é mais evitável como no caso citado e, podemos nos sensibilizar hipocritamente, uma vez que, também não teremos o “prejuízo” de sua presença como migrante – a condição fatal de o aceitarem.

A discussão que percorrerá esse trabalho não é de fatos extraordinários, ao invés disso, trato do ordinário, isto é, do que é comum ao dia-a-dia de uma população. No entanto, o extraordinário pode estar contido no processo de significação desses acontecimentos como naturais e, tal naturalização culmine no sentido de imutabilidade e inevitabilidade do que é comum.

O nordeste brasileiro também possuiu suas imagens espetáculo, que são revisitadas, quando a seca retorna a região. As lentes flagraram a terra rachada, assim como, as mãos calejadas dos trabalhadores daquele solo, que usavam da enxada e de outros instrumentos rústicos para a produção da pequena roça. Os cliques da câmera eternizaram a fome marcada nos corpos esqueléticos de homens e mulheres, embora mais chocassem nas crianças de roupa surrada, pés descalços e, os ossos do tórax podendo ser numerados.⁷

Existem muitos trabalhos que tratam de fluxos migratórios do Nordeste para outras regiões do país em ênfase a atração exercida pela região Sudeste, nos anos quarenta. Sendo uma migração inter-regional ela difere das reações interpessoais de preconceito de origem e de cultura que são constatados nas migrações internacionais, não?

⁶VELASCO, Clara; MANTOVANI, Flávia. **Em 10 anos, número de imigrantes aumenta 160% no Brasil**, diz PF, 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/06/em-10-anos-numero-de-imigrantes-aumenta-160-no-brasil-diz-pf.html>> Acesso em: 24/09/2018

ONUBR – Nações Unidas no Brasil. **População de migrantes no Brasil aumentou 20% no período 2010-2015, revela agência da ONU**; 2017. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/populacao-de-migrantes-no-brasil-aumentou-20-no-periodo-2010-2015-revela-agencia-da-onu/> Acesso em: 24/09/2018

⁷ Albuquerque disserta não só como a região foi inventada, mas a concepção do sertanejo – forte e flagelado – que deu vazão a generalizações e estereótipos, que nem sempre correspondem à realidade. ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz. *A Invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

Não, o fato de pertencerem a um mesmo território nacional, compartilharem uma mesma língua e terem tradições em comum, não impedem que se crie estereótipos que inferiorizam o outro, utilizando-se de elementos ínfimos de diferenciação como o lugar de origem, o sotaque linguístico, as variações culturais de uma mesma alimentação e vestimenta.

São pretextos para responsabilizar o outro, o “diferente” pelas circunstâncias em que se vive. Criações simplistas de causas de problemas econômicos e sociais históricos, junto a simplistas soluções. Falou-se de fronteiras territoriais, me estenderei a seu correspondente – os muros residenciais. Visto que, me prolongarei na relação entre vizinhos e colegas de trabalho. Por certo, as políticas de exclusão podem estar apenas atendendo as demandas de seus cidadãos.

A guerra na Síria, o terremoto no Haiti, a escassez de trabalho e a alimentação diminuta no Nordeste, podem ser relacionadas mais ou menos a catástrofes ou condições naturais, contudo, compõe crises humanas que falam sobre a condição de nossa humanidade.

Portanto, objetivo analisar as possibilidades e potencialidade dos sujeitos, perante a força do incomensurável e do imprevisível dos acontecimentos, todavia, observando que a fatalidade de certos eventos é o mais velho embuste do processo de naturalização.

Para tanto procuro registrar na medida do possível uma migalha das vivências dos sujeitos que tive oportunidade de entrevistar. Em que no diálogo entre entrevistado e entrevistadora, onde esses papéis são ao mesmo tempo flutuantes, se realize um exercício de democracia.

Para além disso, que a troca não seja impedida pelo discurso hierárquico da academia. Se tanto é afirmado que há circulação da cultura, potencializada pelo acesso a bens de consumo e pelo fenômeno da globalização, aponto para a necessidade de uma socialização cultural. Por debates que não precisem se finalizar com um consenso, ao invés disso, que tenham seus participantes a liberdade de manter o contraditório.

Dois mil e quinze foi o ano que adentrei a Universidade Federal de Uberlândia como estudante de graduação no curso de história, privilégio que me distingue em uma família e comunidade onde poucos possuem formação superior. A partir deste trabalho procuro cumprir a função social que entendo ser a do ofício de historiador, estudar o passado como instrumento para a compreensão e ação no presente de forma a construir o futuro que se almeja.

Esta pesquisa é fruto do compartilhamento de memórias de trabalhadores e trabalhadoras que adubaram a vida com muitas alegrias e tristezas, mas principalmente com muita coragem e luta, plantando suas esperanças em vários solos, um dos quais sou filha. A

minha história tangencia a história de uma cidade cuja riqueza está na diversidade de sua população que se encontra nas escolas, no trabalho e nos espaços públicos e, talvez, com alguma resistência nos ambientes privados.

A escolha por essa pesquisa foi realizada logo no início da graduação e carrega os vestígios dessa trajetória de aprendizado – no centro da academia e nas ruas de uma pequena cidade do interior – e que não se conclui.

O seguinte trabalho possui como recorte cronológico o período de 1970 ao ano de 2010, sendo o espaço privilegiado para a investigação a cidade de São Gotardo (MG), o período definido corresponde ao momento de implantação do Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba (PADAP) e parte de seus desdobramentos até a primeira década do século XXI.

O PADAP tinha como objetivo a modernização do campo, o que demandava além de mão de obra qualificada, diversificado número de serviços braçais. O meu objeto de estudo são os homens e mulheres de diferentes faixas etárias que migraram da região nordeste atraídos pelo município para o trabalho rural.

Uma vez que, perante a extensa historiografia sobre o que é comumente chamado de modernização, meu objetivo é compreender como se inserem determinados grupos sociais nesse processo. Já que, os trabalhos referentes ao tema privilegiaram por longo período determinados sujeitos sociais, a razão disso, pode estar intrincada não apenas a escrita da história, mas ao fazer histórico. Pois, se a escrita histórica exclui componentes históricos, por outro lado a compreendemos como expressão do social.

Por conseguinte, é preciso problematizar o que caracterizam como modernização, e, quem estaria à margem do que pode ser considerado como benefícios desse processo. De tal maneira, que o que denominam de modernização será tomado nesse trabalho como processo de transformação. No tocante, investigarei as possíveis mudanças no modo de vida que corresponde às transformações no modo de trabalho, alimentação, lazer, vestimenta, comunicação e reprodução familiar.

Diversos grupos sociais se inserem dentro de tal processo, contudo, exercem papéis/constituem um fazer histórico que correspondem as suas potencialidades, e, as possibilidades do tempo, isto é, a liberdade de ação que possuem está condicionada à pressão da estrutura social. Assim, não se encara os específicos sujeitos como passivos as transformações, ao contrário, procura-se apreender como interpretam tal realidade e interferem sobre ela.

Além disso, para tal perspectiva seria um equívoco tomar determinado grupo em separado dos demais, assim, pretende-se a observação das interações entre eles – da ação e reação de um sobre o outro.

Com o respectivo objetivo o trabalho foi dividido em três capítulos que dialogam entre si, embora, a leitura desassociada, bem como, a que não acompanha a ordem proposta, não afetam a compreensão do texto.

No primeiro capítulo se enfatiza “as possibilidades do tempo”, no tocante, se procura discutir as políticas do regime ditatorial principalmente na área da economia, bem como, nos governos que seguiram ao período de democratização discutir projetos no campo social.

No segundo capítulo se procura discutir a respeito do trabalho com as fontes orais, observando a metodologia empregada para a produção em conjunto – entrevistadora e entrevistado – das entrevistas, assim como, a escolha pelo modo de transcrição. Além disso, serão realizadas abordagens, a respeito, da bibliografia e das demais fontes que mantive diálogo durante o trabalho.

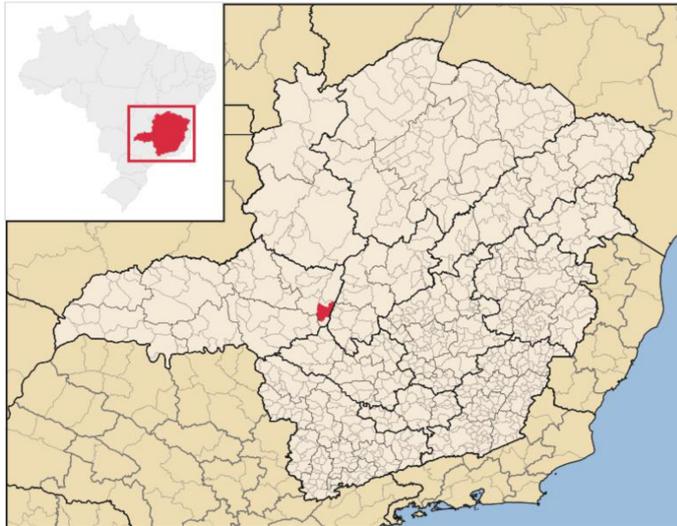
No terceiro capítulo se concentra a reflexão realizada a partir das fontes orais, possuindo diversas citações das entrevistas feitas com os trabalhadores migrantes, interpretando suas potencialidades perante a realidade a qual vivem, as cotejando com “as possibilidades do tempo”, porém, sem as compreender como determinantes.

CAPÍTULO 1 ENTRE O ESTADO DE EXCEÇÃO E A DESIGUALDADE SOCIAL

1.1 Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba (PADAP) – 1970

O município de São Gotardo situa-se na Zona Oeste do Estado de Minas Gerais, possui área de 866,087 km²; seu território – em aspecto geral – é semimontanhoso, e, dista da capital do estado em linha reta, 233 quilômetros.

Figura 1: Mapa de MG em destaque o município de São Gotardo



Disponível em: < [https://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%A3o_Gotardo_\(Minas_Gerais\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%A3o_Gotardo_(Minas_Gerais)) >
 Acesso em: 20 de outubro de 2018

Na década de 70 o município junto as cidades de Campos Altos, Ibiá e Rio Paranaíba recebeu o Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba (PADAP) – foi o primeiro projeto federal e estadual para a exploração do cerrado. A sua implantação se configurou por meio da migração qualificada de agricultores nipo-descendentes⁸, mediada pela Cooperativa Agrícola de Cotia.

Em 1974 adentraram a cidade 114 descendentes de japoneses em razão da realização do PADAP. Santana descreve esses primeiros migrantes como de maioria masculina e solteira, com idade entre 18 e 36 anos. Advindos dos estados do Paraná, São Paulo e alguns do Japão. O autor em sua pesquisa de campo destaca que muitos dos entrevistados afirmavam terem migrado sozinhos ou junto a um irmão, todavia, logo que se verificava êxito nas atividades se juntava a eles, a esposa, os filhos e outros familiares.⁹

⁸Corresponde a imigrantes japoneses e, seus descendentes.

⁹ SANTANA, Luiz Otávio Costa. **São Gotardo-MG, Um estudo sobre a presença Nipo-Descendente no Cerrado Mineiro**. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Ciências Sociais/UFU, Uberlândia, 2015; p.46.

Como já mencionado, possuíam antes de sua chegada à cidade, qualificação, que em certos casos sucedeu-se em cursos ou de suas experiências fora do Brasil. Além disso, nas localidades em que residiam já detinham propriedades. A mobilidade que se apresenta nesse grupo se caracteriza pela vontade de se tornarem produtores rurais, articulada pelas terras de baixo valor e pelos incentivos governamentais que auxiliaram a implantação de tecnologias modernas no campo.¹⁰

O fato de terem escolhido o município de São Gotardo como residência, destaca a cidade dentre as outras incluídas no projeto, devido, a localidade receber primeiro elementos de infraestrutura e ser a sede das empresas relacionadas ao desenvolvimento do PADAP.

1.2 Imposição, exclusão e repressão – Uma história local (?) da Ditadura Militar

A década de 60 se caracteriza pela implantação no campo do que se denominou “modernização conservadora”. Em contraponto, Ferreira, observa que já na década de 50 se inicia mobilizações populares em favor da Reforma Agrária, havendo na região nordeste as Ligas Camponesas, que tiveram como intuito inicial a luta contra a exploração imposta aos trabalhadores dos canaviais pelos proprietários rurais¹¹.

De maneira, que a “modernização conservadora” teria por intuito também impedir tais movimentos. Na região em que se implantou o PADAP não se possui referência de que tenha havido qualquer tipo de movimentação de grupos contestatórios das condições de concentração de terra e exploração do trabalho em período anterior ao projeto. De forma, que o regime militar na localidade, proporcionou mais uma rearticulação do poder, isto é, um deslocamento do controle fundiário, do que uma alteração em sua concentração.

O projeto imposto, se realizou com a desapropriação de 61.000 hectares que correspondia as terras dos municípios de Campos Altos, Ibiá, Rio Paranaíba e São Gotardo; sendo que a principal “cessão” de 25.000 hectares seria destinada à Cooperativa de Cotia, que os dividiu em lotes distribuídos entre seus 92 cooperados¹². A desapropriação iniciava o processo de exclusão tanto de grandes como de pequenos proprietários.

Santana, entrevista Mario de Andrade – comerciante com 32 anos na ocasião do início do projeto – que narra:

¹⁰ SANTANA, op., cit., p. 44

¹¹ FERREIRA, Alexandre Alves. **Êxodo rural no município de Ibiá entre as décadas de 1950 e 1970: A proletarianização dos Lavradores**. Dissertação (Mestrado) – Instituto de História/UFU, Uberlândia, 2002. pp.13,14

¹² FERREIRA, op., cit., nota de rodapé nº 69 p.75

Assim como hoje se comenta, que se plantar eucalipto seca a terra, naquela época comentava-se que eles [os descendentes de japoneses] vinham, trabalhavam aí dez anos, acabavam com a terra e iam embora. O José Luiz Borges (prefeito durante a fase inicial do PADAP) na época, passou por muitos problemas [devido à desapropriação que foi exigida a todas as pessoas que estivessem na área da implantação do programa rural pela Ditadura Militar]! O maior desapropriado era o “Lucianinho”, vulgo “Totoca”, com o maior número de terras e que por muito tempo, tocou demanda contra o programa. (Mario Andrade, comerciante e aposentado, 72 anos, 07/09/14)¹³

José Antônio foi um dos desapropriados daquele momento. Entrevistado, relata:

Se um homem poderoso como esse (Senhor Antônio Luciano Pereira Filho) foi desapropriado, a gente que não tinha nada, bem dizer, ficou preocupado. Essa fazenda minha foi consequência de 20 anos de trabalho! Trabalhei demais, “nossa Senhora”! (José Antônio, aposentado, 86 anos, 18/09/14)¹⁴

Em outro ponto de sua entrevista diz:

Desmatava demais! A Ruralminas trouxe uns tratores e você sabe como é empregado público, E? Olha muito é horário e não serviço. Aí começou a desmatar, mas cumprindo horário. Durante o descanso deles, veio um “caprichoso” [pessoa que sabotou] e colocou meio quilo de açúcar nas máquinas! Aí logo de manhã, quando foram ligar as máquinas, travou tudo que não ligava nada! Aí veio um mundo de polícia pra cá, lá de Bom despacho que uns duzentos policiais aqui! Esse Cerradão era só polícia! (José Antônio, aposentado, 86 anos, 18/09/2014)¹⁵

Ambos os entrevistados citam um grande proprietário, a saber, Antônio Luciano Pereira Filho, dono de terras em outras regiões, o que o distingue dos outros desapropriados, que eram pequenos e médios produtores, cujos bens se concentravam na área desapropriada. Assim, apesar de ter sido o maior desapropriado pelo programa¹⁶ se pode concluir que possuía maior possibilidade de recuperação econômica devido a diversidade de espaços de investimento.

Santana cita a pesquisa realizada por Mitiko Kehdy e Delso da Silva que afirmam que o proprietário Antônio Luciano teria tido no passado o desejo de construir a capital federal no Alto Paranaíba¹⁷. A respeito, a população mais antiga, narra que a região teria sido cogitada como capital do país. No tocante, não há nenhum documento que comprove essa possibilidade, porém, a partir do que se foi pesquisado pelos autores e do diálogo com a população local, se pode interpretar que o desejo de um sujeito teve a potencialidade de pertencer a memória compartilhada socialmente na forma de “possibilidade”.

A partir dessa interpretação segue-se que a adjetivação “homem poderoso” não se restringe ao poder econômico que este possui, mas na sua articulação com o poder político, e,

¹³ SANTANA, op., cit., p.47.

¹⁴ SANTANA, op., cit., p.48.

¹⁵ SANTANA, op., cit., p.49.

¹⁶ SANTANA, op., cit., p.48.

¹⁷ SANTANA, op., cit., p.48.

comumente o jurídico, de maneira, que a fala de José Antônio expressa a desapropriação de um “homem poderoso” como algo incomum, e, ao lhe comparar a sua própria condição, se compreende como impotente. Como já dito o projeto significou embates de personalidades locais sobre a área de influência, que se relacionava com a posse da terra, mas abrangia outras dimensões.

O memorialista José Pessoa¹⁸ ao narrar sobre as desapropriações, menciona o mesmo proprietário. Relata, que o Prefeito do período conversou pessoalmente com Pereira Filho em Belo Horizonte, que não concordou com a proposta de negociação ao que teria dito: “Não vendia, não dava, não emprestava, não alugava, principalmente para japoneses, que ele dizia serem pardais invasores. Fosse com outra raça, talvez, pudessem entrar em algum entendimento”.¹⁹

Ambos os entrevistados também citam as mudanças sobre o manuseio da terra, o primeiro fala sobre o plantio de eucalipto, o, outro cita o desmatamento. São relatos que entrelaçam as transformações na cultura da população rural e as que ocorrem no cerrado. Mas, em ênfase a última entrevista citada se pode interpretar como há a personalização da culpa desse processo sobre o migrante nipo-descendente, o que oculta ou mesmo desresponsabiliza as políticas públicas que desencadearam, não o processo, mas a forma em que ele seria conduzido.

A partir do que foi memorado por Pessoa, onde os japoneses são comparados a “pardais invasores”²⁰ podemos compreender que expressões preconceituosas sobre a etnia e o lugar de origem são utilizados como argumentos no sentido de justificar o desacordo com o projeto, isto é, ao os caracterizar como invasores deslegitima a presença destes na região.

É a mesma culpabilização que se observa no segundo processo migratório que será analisado a seguir, no entanto, se diferencia as medidas governamentais tomadas perante os grupos. Creio que seja uma comparação necessária, não entre os sujeitos, reitero, mas uma comparação da ação do Estado perante eles, levando em conta os papéis que desempenham na mesma região e que são interdependentes.

¹⁸ O memorialista tem sua formação em medicina e foi fundador do primeiro hospital – “Pio XII” – em São Gotardo, atuando neste por muitos anos, além de possuir algumas propriedades na região.

¹⁹ PESSOA, José. **São Gotardo; sua gente, sua evolução**. Belo Horizonte: Editora O lutador, 2ª ed., 2000, p.358.

²⁰ Os pardais têm sua origem no Oriente Médio, no entanto, foram trazidos ao Brasil de Portugal por volta de 1903 pelo Prefeito do Rio de Janeiro Pereira Passos, cuja intenção era tornar a imagem do país mais próxima aos dos países modernos com a presença do pássaro. Porém, ao se expandir para o espaço rural, a ave tem causado danos a produtividade agrícola. De modo, que a comparação entre a ave e os japoneses é motivada por discriminação, pois, corresponde a ideia de serem estrangeiros e, uma “praga” no ambiente rural.

Santana faz referência aos jornais nikkeis²¹ que relatavam sobre a implantação do PADAP e das dificuldades enfrentadas pelos nipo-descendentes, tanto em questão da pouca estrutura das cidades, como em razão dos conflitos com a população local. Contudo, em análise a última entrevista citada, se pode observar que a Ruralminas – Fundação Rural Mineira Colonização e Desenvolvimento Agrário –, isto é, o Estado estava dando suporte aos investidores. O fato de ter havido uma resposta rápida por parte da polícia a sabotagem realizada, sugere a presença de um sistema organizado que inclui setores de comunicação e de repressão eficientes.

Essa centralização do poder pelo Estado foi fundamental para o “sucesso” do PADAP. Todavia, ao se considerar que o objetivo do projeto não era benéfico a todos, a sabotagem pode ser vista como uma forma de resistência. Outro aspecto a ser ponderado é que se tratando de um governo ilegítimo, toda ação promovida por ele poderia ser compreendida como ilegítima, enquanto que toda conduta em sua oposição pode ser entendida por legítima?

A ditadura militar no Brasil foi mitificada em várias dimensões, o que talvez mais revolte os críticos ao sistema é a denominação do período como “dita branda” em referência ao suposto menor uso da violência em comparação aos outros países sob regimes totalitários no mesmo período.

No tocante a região estudada, a presença física do governo militar foi sobremaneira sentida a respeito do PADAP, devido a inacessibilidade da maior parte da população – no período da implantação sobremaneira rural – a informações. Assim, uma característica da localidade é permitir a análise da ditadura pelo viés econômico, mesmo a respeito da repressão observada em razão da sabotagem, estava relacionada ao programa econômico.

Santana elenca os presidentes Emílio Garrastazu Médici e Ernesto Beckmann Geisel; os governadores Rondon Pacheco e Francelino Pereira, e, o secretário da agricultura do Estado de Minas Gerais Alysson Paolinelli, como os políticos centrais para o desenvolvimento do projeto, além do presidente da Cooperativa Agrícola de Cotia Gervásio Tadashi Inoue,²²

Acerca de Garrastazu Médici, este teria iniciado um grande projeto econômico, que o autor Silva concebe como a segunda revolução industrial no país, que condiz com a doutrina da Escola Superior de Guerra (ESG) em que objetiva a edificação do “Brasil Grande” ou “Brasil Potência”. O governo de Geisel teria dado continuidade a este projeto com a

²¹ Corresponde a um termo japonês que se refere aos descendentes japoneses, assim como, nipo-descendentes.

²² SANTANA, op., cit., p.6.

construção de obras públicas de infraestrutura, fortalecimento da indústria bélica, atenção as fontes alternativas de energia, bem como, as redes de transmissão de energia.²³

O desenvolvimento industrial promovido pelo Plano de Metas no governo de Juscelino Kubitschek criou a demanda por um aumento dos bens produzidos no setor rural. O objetivo dos presidentes militares não só aumentaria a pressão sobre o setor agrícola, como não seria possível se este não recebesse política própria. De tal forma, que não é concebível analisar as alterações no cerrado como algo a parte ou acessório a industrialização urbana, uma vez que, são interdependentes e compreendem o mesmo processo. A BR-262, inaugurada no governo Costa e Silva tornou-se uma via de conexão entre o que é produzido no campo e no espaço urbano.

Em tal perspectiva, devido a sua importância o PADAP pode ser visto como uma “obra faraônica” – em que o governo impõe sua presença na vida da população e manifesta o seu poder –, sendo que seu período de implantação corresponde ao chamado “ ‘Milagre Brasileiro’, onde é registrado um crescimento contínuo, ao longo do início da década de 1970, com taxas anuais em torno de 11%”²⁴.

As grandes obras, bem como, a produção de um “Milagre Econômico”, contribuem com a elaboração de imagens e concepções mitificadas sobre a ditadura militar. Durante a greve nacional dos caminhoneiros – ocorrida no período de 21 de maio ao dia 30 de 2018 – os grevistas bloquearam as rodovias pelo país, dentre o grupo haviam os que carregavam faixas com os dizeres “Intervenção Militar já”. Na região do Alto Paranaíba na BR-354 – inaugurada em 1974 – em São Gotardo, o jornal local fotografou a manifestação, que pode ser vista a seguir:

²³ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura no Brasil, 1974 -1985. In: FERREIRA, Jorge e DELGADA, Lucília Neves de Almeida. **Brasil Republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (Livro 4 – o tempo da ditadura)

²⁴ SILVA, op. cit., p.260.

Figura 2: Foto de manifestação na BR-354



Fonte: SG Agora Disponível em: <<https://www.sgagora.com.br/sg/em-dia-de-protestos-governo-alega-acordo-mas-greve-dos-caminhoneiros-continua/>> Acesso em: 17 de julho de 2018

As rodovias são as principais vias de transporte de todo o produto produzido no Brasil – primário e secundário, afetando também o setor terciário – assim, durante os dez dias de greve o país parou. Seria relevante discutir a indevida concentração – ou mesmo dependência – do transporte no setor rodoviário, acentuado durante a ditadura, havendo poucos investimentos governamentais em outras vias no país.

Contudo, no momento, concentro a discussão em um de seus desdobramentos, uma vez que, ignorando as ferrovias, as vias aéreas e cursos navegáveis, potenciais em nosso território, o governo possibilitou que uma categoria de trabalhadores tivesse sozinha a capacidade de parar o país. Embora, o que mais cause perturbação seja o fato de que representantes de um grupo fundamental ao país peçam a intervenção militar a partir das referências que possui dos governos das décadas de 60 a 80.

Os caminhoneiros reivindicavam uma redução nos preços do óleo diesel, e, a fixação de uma tabela mínima para os valores de frete – o aumento do diesel em cinquenta por cento nos últimos doze meses afeta diretamente toda a população, pelo valor ser repassado ao custo das mercadorias.

Apesar do transtorno causado a sociedade devido a paralisação / ou diminuição de serviços como o fornecimento de combustíveis e distribuição de alimentos e insumos médicos, grande parte da população apoiou a greve, por se ver representado pela categoria, em virtude, da oposição ao sistema político.

No decorrer da greve, se acrescentou as requisições, discursos anticorrupção – o que obteve mais aprovação social. E, alguns grupos manifestantes passaram a expressar apoio a um golpe militar. Ao considerar que as reivindicações e a própria ação da greve, se pode compreender que os manifestantes possuem toda uma demanda e conduta contraditória ao que teria sido o regime militar.

A respeito, pouco auxilia os discursos que se limitam a caracterizar os segmentos que pedem a “volta” da ditadura como ignorantes, ou que são coniventes as práticas dos regimes totalitários. Primeiro se precisa investigar o que reivindicam por meio de uma intervenção militar, e, se não estão em contradição, como parte dos grupos grevistas.

Ao pedirem a intervenção muitos deles não estão a considerar a ilegitimidade e violência do regime, mas esta idealização de um governo nacionalista, desenvolvimentista, e, que realizou um “milagre econômico”. Portanto, há uma memória compartilhada socialmente que se sobrepõe a veracidade dos fatos. Por conseguinte, é uma responsabilidade dos historiadores analisar criticamente o período, e, tornar acessível o conhecimento historiográfico produzido, para que a população tenha instrumental para interpretar sua realidade e atuar sobre ela de forma crítica.

O “Milagre econômico” do início da década de 1970 foi produzido sem qualquer limite ou condicionamento trabalhista, aplicando severo arrocho salarial. O movimento sindical é suprimido, e, os sindicatos e federações do trabalho são postos sob intervenção. A imagem do Brasil potência foi criada a partir da manipulação e censura dos meios de comunicação.²⁵

No tocante, retomando a questão proposta em parágrafo acima se compreende que no processo de implantação do PADAP além de se suprimir as oposições – citadas – ao projeto, se procurou eliminar qualquer outra forma de dissenso, ao que inclui a memória sobre o mesmo.

A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER – cujo escritório se localizava em São Gotardo, nos anos de implementação do PADAP, realizou um trabalho de campo nas cidades da região mapeando os grupos de proprietários. As empresas como o Banco do Brasil não apoiaram pequenos produtores, ou seja, limitaram o acesso, ou mesmo as informações sobre o crédito rural para aqueles que já possuíam certo capital para investimento.²⁶

²⁵ SILVA, op. cit., p.260.

²⁶ FERREIRA, op., cit., p.75.

O Banco do Brasil selecionava os que se apresentavam mais capazes para efetuar o pagamento – grandes e médios produtores –, para que o empréstimo fosse preferencialmente dado a esses. Pois, a garantia exigida pela instituição era a hipoteca das terras e a anuência de alguém que possuísse posses; o que levava também os pequenos produtores a resistir ao financiamento, devido ao medo de perder os bens. Além disso, muitos não chegavam, a saber, das verbas que o banco liberava para a agricultura.²⁷

No que diz respeito a Cooperativa Agrícola de Cotia, o memorialista José Pessoa expõe que havia financiamento abundante para seus cooperados, mesmo porque se estabeleceu uma negociação entre ela, o governo brasileiro e o japonês que investia no projeto.

Os lotes foram vendidos aos cooperados. Dinheiro à vontade no Banco do Brasil para dinamizar aquele gigantesco programa, agora muito confiável por trazer o rótulo de responsabilidade da Cooperativa Agrícola de Cotia. Foi na realidade uma reforma agrária com todo apoio financeiro e técnico. (...). Essa verdadeira reforma agrária nessas terras compradas pelos cooperados seria a garantia dos financiamentos, essa terra nua, e somente elas. Isso foi um estímulo muito grande aos usuários, porque no caso de insucesso do empreendimento, não acarretaria grandes dissabores aos agricultores em seus compromissos financeiros.²⁸

Na menção, o que se destaca é a incompatibilidade da comparação realizada por Pessoa entre o PADAP e um projeto de reforma agrária, considerando o momento político de intensa repressão aos movimentos relacionados a efetuação de uma distribuição da terra para a realização de sua função social.

No entanto, a descrição do PADAP corresponde até mesmo na prática a idealização de projetos de reforma agrária, em razão, da distribuição de terras ter sido conduzida com o apoio técnico e financeiro do governo. Contudo, não se caracteriza como uma por não proporcionar uma reorganização da estrutura fundiária, ou seja, não ter sido uma ação democrática.

Ademais, o governo não possuía recursos suficientes para o crédito rural, de modo, que foram realizados empréstimos no exterior e repassados ao Banco do Brasil.²⁹ De forma, que não se tratava de um processo de crescimento autossustentado, mas de um projeto econômico – aqui me refiro a todo o território brasileiro – conduzido a partir de um endividamento nacional. O que sucederá na década de oitenta a crise do “milagre econômico”,

²⁷ FERREIRA, op., cit., p. 90.

²⁸ PESSOA, op., cit., p. 361.

²⁹ FERREIRA, op., cit., p.17.

na qual o último presidente militar, João Figueiredo, em 1982, comunica a incapacidade do Brasil de quitar suas dívidas.³⁰

O governo criou institutos de pesquisa de tecnologias agropecuárias, com o intuito de desenvolver variedades de plantas e animais mais produtivos, no solo do cerrado foram utilizados corretivos como o calcário. Mas, se o nível técnico aumentou na região, este não foi acessível a todos.

As relações sociais de produção se transformam. O homem do campo – em suas diversas formas de colonato, meeiro, parceria e agregação, por exemplo – possuía em um mesmo local seu trabalho e moradia, no entanto, o processo histórico os impeliu para as cidades, e, em decorrência, a realização da jornada cidade-campo cotidianamente como trabalhador assalariado.

O processo de modernização do campo no país foi marcado pela exclusão, sendo o êxodo rural o primeiro desdobramento da respectiva política. Uma vez que, muitos dos pequenos proprietários rurais, incapazes de adaptar seu modo de produção a nova realidade, e, portanto, de competir com os grandes fundiários, se deslocaram para as áreas urbanas. A violência também está na ausência de projetos de infraestrutura para o respectivo fluxo migratório, os levando a se instalarem precariamente no espaço urbano.

1.3 Trabalhismo e construção de um Estado Social

Como foi dito no tópico anterior o regime ditatorial no Brasil teria proporcionado o que se denominou de segunda Revolução Industrial, por sua vez, se pode considerar que a primeira teria se sucedido na década de 30 no governo de Getúlio Vargas.

O historiador Reis³¹, nos seus estudos sobre projetos de modernidades alternativas ao modelo liberal de sociedade, reflete que no Brasil essa busca por outras possibilidades de organização social foi empreendida pelo *nacional-estatismo*³², que possui o seu princípio na década de trinta, e, se acelera no período do Estado Novo (1937-1945).

³⁰ SILVA, op. cit., pp.253,254.

³¹ REIS, Daniel Aarão. **O estado e os trabalhadores: o populismo em questão**. Locus: Revista de História. Vol.13, n. 2, 2007.

³² O conceito criado por Reis, o *nacional-estatismo*, compreende as alianças firmadas entre trabalhadores e Estado. Assim, teve grande afirmação no *trabalhismo* – conceito concebido por Ângela de Castro Gomes ao pesquisar o período do Estado Novo – momento em que o país passou por um processo acelerado de industrialização e urbanização, e, em que se definiu uma legislação de direitos ao trabalhador. Apesar, das muitas críticas que se pode fazer as políticas da época, estas introduziram mecanismos potenciais de diálogo entre sociedade e Estado – ainda que, não foram assim utilizados. Portanto, o conceito de Reis, pode ser

Discorrer sobre ambos os governos é importante, pois, ambos possuíam projetos de modernização para o país – industrialização e desenvolvimento – que precisam ser cotejados. Além disso, o golpe de 1964 significou não somente um golpe de Estado, mas uma ruptura com a construção de um Estado Social, por meio de projetos políticos que estava sendo estruturado por João Goulart e que poderiam dar continuidade ao *nacional-estatismo*.

No respectivo trabalho de Reis, se discute o conceito de *populismo*, que se originou na década de cinquenta, no processo histórico de transição do Brasil predominante rural para uma acelerada urbanização. As cidades eram acrescidas pelo êxodo rural, e, o conceito de *populismo* significava os trabalhadores apenas como massa de manobra, passivos e, não conscientes do projeto político, relacionando essa depreciação ao fato de serem os trabalhadores advindo do campo.

Outrossim, o que mais interessa a análise que realizo, é a tradição denominada por Reis de *nacional estatismo*. Segundo o mesmo autor ela também é chamada de amarela, como maneira de a desqualificar. Essa subvalorização também era praticada pela esquerda, sendo que, “as lideranças e os trabalhadores a ela associados aparecem como apêndices do Estado, a este vendidas”, ao que atualmente se equivale o termo de pelego.³³

Todavia, os “amarelos” tinham por demanda a produção pelo Estado de uma legislação de proteção e amparo aos direitos do trabalhador. Esta aliança entre trabalhadores e Estado colaboraram para o afastamento entre classe operária e propostas revolucionárias.³⁴ O que contradiz com uma das supostas motivações para o golpe de 1964 que seria a defesa do país contra a ameaça comunista.

Assim, a partir do governo de Getúlio Vargas, Reis afirma, que a questão social – antes limitada ao campo da repressão – passou a ser tratada como uma questão política, apesar, do controle, da opressão e da disciplina permanecerem inclusas ao programa. De maneira, que a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943, foi o seu ápice.

Para a finalidade deste estudo é preciso um maior prolongamento neste ponto. Pois, se o conceito de *populismo* é empregado para deslegitimar as políticas da década de 40 e 50, Ângela de Castro Gomes³⁵ cria o conceito de *trabalhismo* para significar essa relação entre trabalhadores e o Estado, enfatizando a participação das classes trabalhadores na constituição das políticas públicas. Assim, a autora argumenta contra a ideia de passividade deste grupo,

apreendido em propostas atuais que corroboram para o fortalecimento democrático, no qual os diversos grupos sociais podem ser ouvidos.

³³ REIS, op. cit., p.91.

³⁴ REIS, op. cit., p.92.

³⁵ GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: Relume Dumar, 1994.

demonstrando como que o apoio ao governo é correspondente as demandas populares que este atendeu.

Contudo, se o *trabalhismo* foi uma “invenção” do governo de Getúlio Vargas, o trabalhador como mão-de-obra, e, assim, como meio para a produção do lucro permaneceu nas políticas de Estado, isto é, por sua centralidade na economia brasileira. Pois, a constituição de legislações, a revogação de contrárias, o abandono a certas classes em detrimento de outras, ou seja, a presença, bem como, a ausência de políticas públicas não são contingências de governos, mas formam estratégias que condiz a uma atenção a todas as classes, mas nem sempre uma preocupação social sobre todas elas. A respeito da perspectiva da análise que realizo enfatizo o trabalhador rural.

A Consolidação das leis trabalhistas se destinou com maior ênfase ao trabalhador urbano. Assim, João Goulart como presidente, dentre o seu amplo programa de reformas estruturais – denominadas reformas base – concebeu o Estatuto do trabalhador Rural, Lei nº 4214 de 1963³⁶, no entanto, nas críticas sobre a legislação argumentaram que sendo escrita sob forte influência da CLT, não se atentou o suficiente para as peculiaridades do trabalhador rural, constituindo propostas similares a dos trabalhadores urbanos.

A respectiva Lei foi revogada pela Lei nº 5889, de 8 de julho de 1973³⁷ que no art.21 destaca “revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei nº 4.214, de 02/03/1963”. Todavia, a Lei promulgada pelo presidente Emílio G. Médici, também foi caracterizada como extensão das disposições da CLT aos trabalhadores rurais. Porém, diferente da Lei 4.214 que é extensa, contendo dez Títulos, e, 183 artigos; a Lei citada, que ainda está em vigor, e, possui várias inclusões, possui apenas vinte e um artigos.

De modo, que ao lê-la se tem a impressão que é unicamente um complemento do que foi estabelecido em 1943 aos trabalhadores urbanos, de maneira, que a crítica aferida a João Goulart também pode ser aplicada na respectiva lei, antes das recentes inclusões. Todavia, é notório que haja motivação para a total rejeição do que foi estabelecido em 1963.

A extensão da Lei 4.214 compete pela disposição pormenorizada sobre o contrato coletivo e, a organização sindical e tudo que lhe refere – das classes rurais, das eleições, investidura, administração. Apesar, de haver intrincada intervenção estatal nos sindicatos, compreendo o espaço como oportunidade de organização, diálogo e de reivindicações de

³⁶BRASIL. **Lei nº 4.214**, de 2 de março de 1963. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4214.htm> Acesso em: 21 de julho de 2018

³⁷BRASIL. **Lei nº 5.889**, de 8 de junho de 1973. **Estatui normas reguladoras do trabalho rural**. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5889.htm> Acesso em: 21 de julho de 2018

demandas, o que seria uma das justificativas por ter sido uma das instituições mais atacadas pela ditadura militar.

Contudo, essa atenção negociada entre a ditadura do Estado Novo e trabalhadores não isenta o governo dos crimes e da violência que cometeu. Buscando um panorama sobre a possibilidades do trabalhador através do tempo, tenho por referências as análises feitas por Souza³⁸.

A pesquisa e as reflexões realizadas por Souza são de extrema pertinência a esse trabalho. Como é possível interpretar pelo título de sua tese “A desigualdade vista do topo: a concentração de renda entre os ricos no Brasil, 1926-2013”, nossos objetos de estudo estão em extremidades opostas na estrutura social. Todavia, a distância social não corresponde a ausência de relação entre elas.

Além disso, compartilho de um dos questionamentos que conduziu o autor em sua investigação, cito: “como a alternância entre ditadura e democracia moldou nossa desigualdade? ”, felizmente o autor avançou em sua pesquisa.

Uma das fontes utilizadas por Souza é o Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF), não obstante, ele coteja esses dados com as informações disponibilizadas pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNADs) que demonstram alterações recentes no perfil distributivo do Estado, contudo, o autor frisa que foram mudanças pouco significativas.

O autor alerta sobre a dificuldade em lidar com as fontes, devido as mudanças na legislação sobre tributação, o que afeta a confiabilidade dos dados, portanto, argumenta que as interpretações devem ser realizadas com precaução. O que de todo modo não inviabiliza a pesquisa.

Com relação a concentração entre o 1% mais rico ele afirma que não há uma tendência inequívoca – de maior ou menor concentração – mas, flutuações, que frequentemente corresponde aos proeminentes processos políticos, como o Estado Novo, o destacado período de desenvolvimento e o golpe militar na década de sessenta. A partir dos dados tributários nos indica que “as mudanças mais radicais e positivas dos últimos tempos ocorreram na base ou no meio da pirâmide social, e não na fatia apropriada pelos mais ricos”.³⁹

Alguns dos fatores que contribuíram para as alterações foi o aumento das mulheres no mercado de trabalho – “entre 1976 e 2013, o percentual de mulheres com 20 anos ou mais

³⁸ SOUZA, Pedro Herculano Guimarães Ferreira de. **A desigualdade vista do topo: a concentração de renda entre os ricos no Brasil, 1926-2013**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016,

³⁹ SOUZA, op., cit., pp.215, 216.

com rendimentos próprios de qualquer fonte subiu de quase 35% para mais de 76%” –, o avanço na área educacional e, a ampliação das políticas sociais.⁴⁰

Acerca disso, o autor retoma a consideração de outros pesquisadores no que condiz ao significado dessas informações, digo, a concentração de renda é uma das características mais acentuadas da desigualdade brasileira.

Além disso, considerando as flutuações, Souza indica três momentos de evidente aumento da desigualdade, o primeiro corresponde ao Estado Novo (1937-1945) – particularmente durante a Segunda Guerra Mundial, seguido do período pós golpe militar de 1964 e, posteriormente na década de 80 a crise econômica e política. Ressaltando que tanto o primeiro como o segundo são períodos ditatoriais no Brasil.⁴¹

De maneira, que o sociólogo interpreta que as alterações na desigualdade estão mais vinculadas aos ciclos políticos do que as transformações estruturais, como o processo de urbanização e industrialização, apesar de também serem fatores de influência. Não obstante, a redemocratização em 1985 com a Constituição de 1988, não reduziu de forma acelerada a concentração no topo.

Ademais, não há indício de declínio na concentração de renda nos últimos 20 anos. O que causa um certo estranhamento, pois, trata-se de um período eminente da questão social, cujo tema da redistribuição esteve presente na agenda política, assim, “vários dispositivos constitucionais foram gradualmente implementados e os gastos sociais cresceram muito em valores reais e em relação ao PIB”. Ao que o autor denomina de uma “melhora apenas marginal” das famílias brasileiras.⁴²

No último capítulo de sua tese o autor retoma a centralidade das políticas públicas nas últimas décadas, ao que corresponde a melhoria do sistema educacional, a ampliação das transferências assistenciais, a inclusão previdenciária e a valorização do salário mínimo.

Em particular, a educação influenciou o declínio da desigualdade do mercado de trabalho, mesmo porque houve diminuição na discrepância salarial entre níveis educacionais – sendo que a diferença maior é entre os portadores de nível superior e os demais trabalhadores –, simultaneamente ao aumento da escolaridade média a partir da década de 90.⁴³

Retomando o tópico anterior, se pode constatar que o PADAP somente pôde ser realizado com o trabalhador rural não qualificado, apesar do governo não promover de modo satisfatório o bem-estar deste. Compreendemos assim, que o Estado exerce papel fundamental

⁴⁰ SOUZA; op., cit., p.215.

⁴¹ SOUZA, op., cit., p.223.

⁴² SOUZA, op., cit., pp.225,226.

⁴³ SOUZA, op., cit., pp.309, 310.

na organização do país, e, que o *nacional-estatismo* – discutido neste tópico – é uma alternativa para se atentar as reivindicações da respectiva classe.

Assim, reitero, o governo de Vargas criou mecanismos ou órgãos que tinham a potencialidade de serem espaços para o exercício da democracia – como os sindicatos – todavia, como ditadura, o controle, a violência, inibiram a sua capacidade. Se na pesquisa de Souza se pode observar que nas democracias a desigualdade diminuiu – mesmo que de forma diminuta – compreendo que foi porque houve liberdade e escuta.

A partir da pesquisa de Souza podemos analisar a insuficiência das medidas do Estado através do tempo para combater a desigualdade, ao mesmo que vislumbramos como pequenas mudanças na política social já alteram a forma de vida de muitas pessoas e, possibilitam a ampliação do campo de expectativas de toda uma cidade e região.

A partir dos documentos de posse da Prefeitura Municipal de São Gotardo nos setores de obra, habitação e jurídico e, que foram disponibilizados para esta pesquisa se pôde analisar a constituição de espaços de residência urbana. A escolha pela procura da origem dos bairros Boa Esperança, Alto Bela Vista, loteamentos Saturnino I, II e III e Lírios do Campo, está relacionada ao conhecimento comum dos moradores do município como locais em que se concentram os migrantes nordestinos, por serem bairros periféricos, cujas casas a venda e para aluguel possuem um preço mais acessível. Além disso, pelo movimento nos respectivos locais, dos ônibus das empresas dos produtores rurais pela madrugada e no fim da tarde transportando os trabalhadores.

O setor jurídico não permitiu a visualização do documento de loteamento do bairro Boa Esperança, contudo, enviou a Lei nº 1111 de nove de fevereiro de 1996, em que era aprovado a ampliação do bairro nas terras de Propriedade do Patrimônio Municipal. Assim, a origem do bairro antecede em muitos anos a Lei, segundo os moradores seu princípio teria sido a partir de algumas ocupações, porquanto, apreendo que um dos motivos da recusa a visualização dos documentos seria a irregularidade de alguns pontos do local. O prolongamento do bairro Lírios do Campo seria do mesmo período.

Por sua vez, os documentos do loteamento Saturnino se encontravam no setor de obras por ser mais recente que os demais, foi realizado a partir da desapropriação amigável do agricultor Domingos Pereira e de sua esposa Terezinha Caetano Pereira, cujo pagamento já foi efetuado. O último empreendimento a ser realizado no local, isto é, o Saturnino III, foi disposto na Lei Municipal Complementar nº 82, de dezessete de abril de 2009 em que se reconheceu como Zona Habitacional de Interesse Social (ZHIS). O Conjunto Habitacional foi composto por 50 casas residenciais, sendo declarado que os benefícios estão sendo usufruídos

por famílias de baixa renda do município de São Gotardo pelo programa Casa para Todos. O Saturnino II foi composto por cento e noventa e sete unidades habitacionais.

Todas as entrevistas realizadas foram feitas nos bairros citados, dentre os que não possuíam residência própria, uma das críticas a condição de vida era decorrente ao custo despendido no aluguel, que compromete significativa parte da renda mensal. Daqueles que possuíam casa própria esta foi adquirida por meio de programa social, seja pelo citado, ou outro semelhante, de modo, que era visto de forma muito positiva.

Figura3: Foto do Bairro Boa Esperança



Fonte: Arquivo Pessoal - 6 de outubro de 2018

No censo realizado no ano de 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁴⁴, dos 10.005 domicílios existentes na cidade, 67% eram próprios. É evidente que os programas sociais de moradia auxiliaram esse resultado – apesar de não ser o ideal. E, das críticas que são feitas ao programa em relação a distância dos conjuntos habitacionais ao centro da cidade, é algo que não cabe em específico nesse município. Pois, em decorrência da cidade ser de pequeno porte, apesar de estarem na periferia, os loteamentos surgiram quase

⁴⁴IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017. Disponível: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/sao-gotardo/panorama> Acessado em: 07 de setembro de 2017 Todos os dados estatísticos seguintes se referem a mesma fonte, datada do ano de 2010.

sempre como ampliação de bairros antigos, sendo que a locomoção por São Gotardo, salvo casos especiais, pode ser realizada caminhando.

Todavia, dentre essas casas a muitas que são utilizadas para alugar, cujos proprietários já possuíam residência, o que contraria a política do programa, enfim, a eficácia de programas sociais, bem como, toda a política é condizente as atitudes dos governantes e governados. Na imagem abaixo se pode ver a disposição dos bairros.⁴⁵

Figura 4: Visualização de bairros do município



Fonte: Google Maps. Disponível em:

www.google.com.br/maps/place/São+Gotardo,+MG,+38800-000/@-19.310007,-46.0481181,15z Acesso em: 10/07/2018

Referente ao nível de instrução da população economicamente ativa, temos o quadro a seguir, contudo, deve ser observado que as escolas do município possuem o programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e em especial o Centro Estadual de Educação Continuada (CESEC) que cada vez mais recebem demanda de trabalhadores que depois de anos voltam a estudar ou iniciam sua educação regular.

⁴⁵ Santana em sua dissertação de mestrado ao discutir a vida social, bem como, a cultura dos nipo-descendentes representada no paisagismo e na arquitetura de suas residências, analisa brevemente os bairros em que ocorre a maior concentração desse grupo proveniente da primeira migração resultante do PADAP, sendo os bairros: Campestre, Jardim das Flores, Mansões do Lago.

Sem instrução e fundamental incompleto	8.918 pessoas
Fundamental completo e médio incompleto	3.378 pessoas
Médio completo e superior incompleto	3.431 pessoas
Superior completo	1.408 pessoas

Além disso, o campus da Universidade Federal de Viçosa (UFV) no Rio Paranaíba, a 33,6 Km de São Gotardo, cujo destaque é na área agrícola, se tornou expectativa dos filhos dos trabalhadores das classes baixas na cidade. As bolsas de auxílio da universidade contribuem para a permanência destes na instituição, ademais, a prefeitura de São Gotardo costuma subsidiar em parte o pagamento do ônibus para a locomoção dos estudantes.

Figura 5: São Gotardo e Campus UFV Rio Paranaíba



Fonte: Google Maps Disponível em:

<www.google.com.br/maps/dir/São+Gotardo,+MG/Universidade+Federal+de+Viçosa+-+Campus+Rio+Paranaíba> Acesso em: 10/07/2018

Todavia, políticas públicas como essas, como discute Souza, são insuficientes, uma vez que, não alteram a estrutura desigual da sociedade. Além disso, os programas sociais deveriam ser compreendidos como direitos, obrigação da função dos cargos públicos, o fato de serem sempre personalizados na história do país, levam a compreensão de que são exceções, quando deveriam não ser. Criando a imagem de direitos sociais como favores prestados à população. O que dá vazão a críticas como a de Pessoa, cujo cumprimento da lei

em favor do cidadão gostaria que sempre fosse o aplicado, mas creio que o que narra destoa da realidade.

As leis trabalhistas tem sido um grande problema para os produtores, pois eles estão sempre sobrecarregados com problemas de direitos trabalhistas, com desvios de seus trabalhos para as salas dos tribunais, enfrentando a estranha conduta dos juízes do trabalho e com muitas despesas. Tem-se trabalhado muito nesse sentido em Brasília com deputados ligados à área rural. Mas é um lobby de difícil consecução. Em instância última, após passagem pelo Ministério do Trabalho cairá no Ministério da Justiça, cujo lema é, lei é lei, e lei tem que ser cumprida em defesa dos cidadãos.⁴⁶

O respectivo capítulo tinha por objetivo discutir algumas possibilidades do tempo. De tal forma, que ele foi se constituindo por lances de forças dominantes, que as vezes se moviam a partir de uma mesma peça, enquanto em outros momentos pareciam estar em lados opostos do tabuleiro. Digo a respeito, principalmente, do Estado que sob alguns governos corrobora em demasiado com os interesses de grandes grupos econômicos, em contrapartida, em certos períodos proporciona uma mudança ínfima no (des) equilíbrio entre as diferentes classes.

Contudo, a afirmação que as possibilidades do tempo são um monopólio de instituições dominantes é uma constatação indigesta. Os próximos dois capítulos descrevem como os sujeitos criam com, além, e apesar das possibilidades do tempo. A finalidade das próximas páginas é interpretar como na prática as políticas e os interesses econômicos podem ser subvertidos.

Uma vez que, são nos ocultas as significações que os sujeitos conferem ao seu cotidiano. De modo, que se procura realizar um diálogo entre a práxis e a teoria, entre a Instituição acadêmica e a sociedade.

⁴⁶ PESSOA, op., cit., p.317

CAPÍTULO 2 CONSTRUÇÃO DE FONTES ORAIS

2.1 Reflexões sobre um caminho

A primeira pesquisa acadêmica que realizei como bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Cnpq) com o orientador Paulo Roberto de Almeida contribuiu muito para a construção deste trabalho. Nessa oportunidade analisei processos trabalhistas de trabalhadores e prestadores de serviço a Sadia (BRF), o que me levou a ter contato com a Legislação trabalhista, bem como, com a forma com que é executada nos diferentes tribunais do trabalho – observando casos materiais, as versões dos envolvidos e os relatos de testemunhas quando as tinha.

A escolha dessa temática está envolvida com as minhas vivências como moradora da cidade de São Gotardo, no compartilhamento dos espaços públicos com os migrantes nordestinos. Em uma amostra de migração realizada no ano de 2010, foi observado que da população total do município de São Gotardo – 31.819 – 3.338 pessoas possuíam como lugar de nascimento a região nordeste⁴⁷, ao que corresponde mais de 10% da população total.

O lugar em que ocupava na cidade, isto é, o bairro em que morava, onde se tem muitas residências para alugar permitia que eu apreendesse esse fluxo migratório pela profusão de mudanças, as casas quase nunca ficavam vazias. Ora os migrantes deixavam o lugar para voltarem a terra natal, ora se transferiam para outros bairros da cidade.

Era na relação de vizinha e principalmente como colega de escola, onde presenciava tanto a dificuldade de adaptação dos estudantes como dos professores, cuja entrada no meio do semestre era perturbada pela diferença de conteúdo que era ministrado na escola que frequentava no outro local. Assim, com a dificuldade dos professores em lidar com as especificidades desses estudantes, eles, por vezes, junto a direção da escola, optavam em concentrá-los em determinadas salas estigmatizando-os, como possuidores de problemas de aprendizagem.

O nome deste trabalho “fluxos migratórios” faz referência tanto aqueles migrantes “temporários”, atraídos pelos trabalhos sazonais de colheita e, que findo o período retornam a sua região de origem. Como aos que estão na cidade durante anos e, possuem o interesse de permanecer, pelas oportunidades que acreditam ter tido, tendo o sentimento de pertencimento e identificação com o lugar. O que pode ser observado na Amostra do IBGE:

⁴⁷ Todos os dados estatísticos seguintes se referem a mesma fonte, datada do ano de 2010. Disponível: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/sao-gotardo/panorama> Acessado em: 07 de setembro de 2017

AMOSTRA – DESLOCAMENTO (2010)			
Local de exercício do trabalho principal			
Mais de um município ou país	229		peessoas
Outro município	1.265		peessoas
País estrangeiro		13	peessoas
Município de residência	15.060		peessoas

Os migrantes, bem como, a maior parte das pessoas com que tinha contato estavam vinculadas ao trabalho rural. Em todas as entrevistas realizadas o trabalho foi um fator de atratividade. Observa-se que no município o maior grupo de ocupação corresponde à agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura – de trabalhadores não qualificados –, que absorve 4.718 do sexo masculino e 2.100 do sexo feminino, ao que totaliza 6.818 trabalhadores que condiz em 40% da ocupação da população ativa.⁴⁸

Sobre as entrevistas, não utilizei um roteiro, apesar de algumas perguntas serem recorrestes: - Qual o lugar de origem? - Como ficou conhecendo a cidade? - Quais foram as razões da migração? –Lembra-se do ano em que chegou? - Quais foram as dificuldades de adaptação? – Em quais bairros morou? – Quais foram seus trabalhos no município? Quer permanecer ou voltar a sua região?

As vezes eram feitas, as vezes não; as vezes eram respondidas, as vezes não. Buscar realizar uma entrevista em aberto possui muitas dificuldades porque o entrevistado procura presumir o que quero saber. Portanto, a uma resistência de construir um diálogo a partir de uma temática, isto é, eu apresentava a minha proposta que era pesquisar o processo de modernização do campo em São Gotardo através dos trabalhadores e da mudança nos seus modos de vida, contudo, por vezes a entrevista tendia a se restringir em perguntas e repostas – quando na verdade uma entrevista em aberto revela uma pesquisa em aberto.

Realizar entrevistas é também estar disposto a ser investigado – a ser perscrutado em seu modo de portar e falar. Como nos alerta Portelli, procurei ser honesta na intencionalidade da atividade, todavia, as expectativas e a recepção do trabalho finalizado não são controláveis. Ao mesmo que desejo dar um retorno do que foi construído.

Esta pesquisa só foi possível devido a colaboração de muitas pessoas, em relevância a do entrevistado Valdemiro que me acompanhou em outras entrevistas me apresentando para seus familiares e amigos – a presença de alguém que já era conhecido foi muito pertinente no estabelecimento de confiança para que as pessoas se sentissem à vontade para falar.

⁴⁸ Entendo que esses dados correspondam aos trabalhadores não qualificados já que a pesquisa indicará outro grande grupo de ocupação em que se assemelham os setores, cito: “Trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da pesca Sexo: Masculino 1.441 pessoas / Feminino 556 pessoas.”

Em fase de finalização sinto que poderia ter feito mais e outras perguntas produzindo uma história distinta desta. Compreendo que as interpretações que realizei não são as mesmas que fariam os próprios “donos” da memória, contudo, reitero que busquei como procedimento científico não produzir julgamentos, mas sim contribuir a partir de fontes orais com novas evidências sobre as maneiras de viver em determinado tempo e espaço. Tenho um profundo respeito e gratidão pela oportunidade de ter escutado até mesmo os silêncios que as vezes revelam muito mais do que palavras.

Sobre a interpretação das entrevistas, tive a oportunidade de entrevistar membros de uma mesma família em momentos diferentes, o que possibilitou ter uma maior dimensão de um mesmo fato a partir de perspectivas diferentes. Precisei escolher as entrevistas e as partes destas que seriam transcritas e analisadas neste trabalho, contudo, todas contribuíram para as interpretações que foram construídas.

A respeito, muitos trechos da entrevista com a Luzinete estão aqui transcritos, embora, apesar de não citar nos próximos tópicos as entrevistas realizadas com seus dois filhos, elas me auxiliaram a compreender a significação da mudança e como essa dimensão funciona no interior de um grupo.

Pois, quando Luzinete se mudou para São Gotardo ela já possuía os dois filhos – Carleilson e Carlos⁴⁹ – os deixou aos cuidados da família – para quando se estabelecesse trazê-los. Como mãe e responsável pelas crianças a migração não foi pensada somente como a possibilidade de melhorar a própria vida – mas, de seu núcleo familiar. E, durante a entrevista ela afirma que não quer voltar para o lugar de origem. Não obstante, ao entrevistar os filhos, voltar para o Maranhão era um sonho.

É possível interpretar que para Luzinete pensar que seus filhos querem voltar ao lugar de origem é perder parte da significação da mudança ocorrida quase vinte anos atrás. Uma vez que, permite outra percepção da separação entre mãe e filhos, outra concepção do que seria uma melhor condição de vida.

Já que, se uma das razões da permanência de Luzinete em São Gotardo é o trabalho, a atração pelo lugar de origem para Carlos e Carleilson é motivada pela diversão – pelas músicas e festas que o município onde residem não possui.

Outro caso é o de Élia⁵⁰ que argumentava que não saberia me responder, seu irmão saberia melhor. Esta visão pode ser advinda da valorização do conhecimento

⁴⁹ Carlos Carvalho da Costa (Natural do Maranhão) - Entrevista realizada em 22 de janeiro de 2016.

Carleilson Carvalho da Costa (Natural do Maranhão) - Entrevista realizada em 22 de janeiro de 2016.

⁵⁰ Élia Pinheiro dos Santos - Entrevista realizada em 16 de janeiro de 2018

institucionalizado – mesmo que eu tenha esclarecido que o que eu queria saber se tratava de suas próprias vivências – seu irmão Élio⁵¹, cursava direito na faculdade particular do município, assim, para ela sua fala podia estar mais legitimada. Em viés interpretativo diverso ou complementar, se tratando de uma figura masculina, pela conformação social machista, ele teria maior autoridade de fala. Contudo, as vivências de ambos são próximas.

Perguntados sobre a acessibilidade de comunicação que possuíam com os familiares no Nordeste, Élio responde que possui boa comunicação com os pais, a irmã pelo contrário afirma que é muito difícil até mesmo porque os pais estão muito idosos – como também foi dito por ele – e, não se adaptaram ao aparelho celular que as vezes também não possui rede para as ligações.

A determinação de uma frequência de comunicação é relativa, contudo, pode-se interpretar que para Élia o acesso aos pais é precário e talvez compreenda como insuficiente. No caso dele interpreto mais como uma necessidade de afirmar que está presente na vida dos pais independentemente da quantidade de vezes que possui contato com eles.

Outro aspecto que foi possível observar e, que pela delimitação da pesquisa não pode ser esmiuçado é que nem sempre a busca por melhores condições de vida está relacionada diretamente ao trabalho. Para Rosemary o que se verificou como determinante para a mudança foi a busca por ajuda médica para a filha com Síndrome de Down.

A criança quando chegou a cidade ainda não andava e usava frauda apesar da idade avançada. Em São Gotardo ela conseguiu atendimento médico e frequenta a Associação de Pais e Amigos dos excepcionais (APAE), onde aprendeu a andar, parou de usar fraudas e melhorou sua comunicação.

De maneira, que pode ser uma notoriedade, todavia, reitero que cada entrevista foi de extrema importância a composição deste trabalho, cada uma delas teve algo de novo, de relevante e extraordinário como o é o ato de viver.

Portelli nos diz que:

Somente a igualdade faz a entrevista aceitável, mas somente a diferença a faz relevante. O campo de trabalho é significativo como o encontro de dois sujeitos que se reconhecem entre si como sujeitos, e conseqüentemente isolados, e tentam construir sua igualdade sobre suas diferenças de maneira a trabalharem juntos.⁵²

⁵¹ Élio Pinheiro dos Santos - Entrevista realizada em 16 de janeiro de 2018

⁵² PORTELLI, Alessandro. **Forma e Significado na História Oral: A pesquisa como um experimento em igualdade.** Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 14, 1997, p.23.

Compreendo que durante a construção das entrevistas – pelo entrevistado/a e entrevistadora – é que me construo como pesquisadora é no ato da pesquisa que me percebo como tal. A percepção do lugar que ocupo advém do contato com o outro, assim, as lembranças da escola e do bairro surgem com outro significado. Pois, se penso o lugar que ocupo devo pensar como e porque o ocupo.

O fato de estar entre aqueles que compartilham vivências, não faz com que saibam toda a memória um do outro, de modo, que as reações de surpresa são comuns. E o fato daquelas vivências serem desconhecidas a todos, torna o contar muito mais instigante.

Assim, é em razão do meu trabalho que muitas lembranças emergem. Ao mesmo que, vê-se reconhecido pela escuta do outro, reconhece o trabalho da pesquisadora por compartilhar suas experiências. Em vista desse reconhecimento mútuo procurei não somente transcrever as memórias que foram gravadas, mas a linguagem em que foram transmitidas – e, que por si só poderiam ser um objeto de estudo – isto é, a oralidade que as compõe.

Nos dizeres de Portelli:

A entrevista de campo, por conseguinte, não pode criar uma igualdade que não existe, mas ela pede por isto. A entrevista levanta em ambas as partes uma consciência da necessidade por mais igualdade a fim de alcançar maior abertura nas comunicações.⁵³

Portanto, a percepção de que a igualdade está sendo construída advém da própria realização da comunicação em que se mescla escuta e fala de entrevistado e entrevistadora.

⁵³PORTELLI, op. cit. p. 10

CAPÍTULO 3 MULTIPLICIDADE DE SABERES – DIÁLOGOS ENTRE INSTITUIÇÃO E SOCIEDADE

3.1 A moral do trabalho na educação familiar e o projeto de modernização

Num estudo sobre trabalhadores o trabalho parece exercer uma centralidade. Contudo, estar no centro da discussão não garante que haja compreensão sobre o assunto, por vezes, destacá-lo causa o infortúnio de perder de vista suas ramificações. Vida e trabalho, trabalho e trabalhador são apresentações muito duais do que estaria interligado. Em conversa com Edson ele nos diz que:

Trabalhei muito no pesado para ajudar meus pais, não queixo deles não, jamais, não queixo por causa de que todo mundo é de adoecer, todo mundo a de morrer, porque ninguém veio aqui pra vegetar nesse mundo de meu Deus. Ele veio aqui pra trabalha, ele veio aqui pra ter um propósito, primeiramente um propósito com Deus, conforme as escritura falam que nós devemos ter um propósito com Deus, e, segundo, ter propósito com seus próprio familiares.⁵⁴

A partir do fragmento transcrito podemos interpretar que para Edson o trabalho está inscrito em uma moral religiosa, de forma, que o concebe como a finalidade da vida. Será por tal lente que verá o mundo em que vive e interpretará as transformações em que está inserido. Desresponsabiliza os pais pelos problemas de saúde – comentados em fala anterior – advindos do trabalho em longo prazo, porque para ele a família teria um papel fundamental para transmitir essa moral do trabalho. Como pode ser observado em outra fala:

A gente que trabalha, o ser humano que trabalha deste os seus dez anos, que lá no nordeste tem isso...Você tem dezenove anos, acho que você não chegô a vê essa reportagem, mas a moça aqui ao lado, acho que já chegô a vê, né moça? O povo do nordeste é um povo sofrido, o povo acha que é um sofrimento, não é. Porque o governo tá dando muita, assim, alegoria entendeu, pra aqueles que, assim, tem dez anos, tem nove anos de não, a criança de nove anos de dez anos não pode trabalhar. Pode sim, pode, eu digo que pode, porque pode: a criança de dez anos ela pode trabalhar ajudar seus pais numa lavoura sabe em qual sentido? Assim, em termos de ajudar seus pais, porque um pai de família, uma mãe de família, não quer ver seus filho jogado na rua, não quer vê seus filho entendeu, participando de droga, participando desse bando de coisas que venha desagradar a um pai de família, como a própria comunidade, não é verdade?⁵⁵

Tal narrativa desmembrada de seu contexto e de seu narrador poderia ser levada em má fé e entendida como uma defesa do trabalho infantil. Todavia, podemos apreender que o que Edson deseja nos transmitir são os benefícios que a educação moral do trabalho – que se inicia no lar – segundo ele, pode proporcionar. O sujeito em questão não seria um grande industrial ou latifundiário com interesse em empregar crianças em busca dos lucros da

⁵⁴ Edson Lino Bezerra (Natural de Alagoas) – Entrevista realizada em 08 de janeiro de 2016.

⁵⁵ Edson Lino Bezerra (Natural de Alagoas) – Entrevista realizada em 08 de janeiro de 2016.

exploração da respectiva mão-de-obra. O argumento que incorpora para dar autoridade a sua colocação se expõe como sua própria experiência de trabalho quando pequeno com o pai.

Edson acrescenta que a televisão é um instrumento que influencia os jovens a comportamentos indesejados. A percepção que possui sobre um dos símbolos da chamada modernidade, remete a seu desagrado a um novo modo de vida em que ela compõe e é composta.

A partir disso, podemos compreender que a interferência que Edson gostaria de proporcionar em sua realidade, diz respeito, a um retorno a costumes do passado. No entanto, é notória a impossibilidade desse regresso, como é visível pelas novas tecnologias mais acessíveis como a televisão. Além disso, o modo de produção econômico em que este está inserido impossibilita a inserção da criança no trabalho familiar agrícola.

Na cidade de São Gotardo, o processo de modernização do campo se configura com o êxodo-rural dos pequenos proprietários para a cidade, bem como, a vinda dos migrantes – trabalhadores rurais – que precisam se acomodar no ambiente urbano. Assim, o campo se torna um local de trabalho desvinculado ao de habitação, de tal maneira, que não é mais um espaço de criação dos filhos, favorável a certo modo de vida.

Ademais, podemos interpretar como essa perspectiva sobre o passado é idealizada, já que, como ele próprio disse, há pessoas desse período que diferente dele são criminosas, cuja convivência e proximidade de idade mencionada, nos leva a pensar que possivelmente tiveram educação semelhante, assim, esta não garante que os sujeitos vivam fora do crime e das drogas.

Portanto, a culpabilidade do governo deve ser relativizada, pois, se compreende que há um processo de mudança das relações sociais, em que medidas governamentais as influenciam, mas não são de todo determinantes, uma vez que, são ideias que navegam entre o social e o político. Ele nos diz:

Por causa de que eu culpo sim, eu culpo o governo, por causa de que das crianças hoje de ser bandido entendeu, de ser criminoso. Eu culpo o governo, porque o governo que tá dando ousadia pras crianças chegar levar nesse período. Eu culpo o governo, porque se as crianças conforme o ensino dos nossos pai, foi dos antepassados, foi como hoje, eu creio que ia existir menos bandido, menos criminalidade, eu creio que ia, eu creio nesse período ai...⁵⁶

Todavia, podemos analisar tal processo, no tocante, a desarticulação que provoca na vida dos sujeitos; o que Polanyi denomina como “problema da mudança”, nos seus estudos

⁵⁶ Edson Lino Bezerra (Natural de Alagoas) – Entrevista realizada em 08 de janeiro de 2016.

sobre a *Revolução Industrial*. O que destaco de seu texto, é a colocação de que um processo de mudança deve ser dirigido “para salvaguardar o bem-estar da comunidade”⁵⁷, e, tal papel de direção caberia ao Estado.

O problema identificado por Edson pode ser abrangido como uma mudança cultural, uma mudança no seu modo de vida, assim, diz respeito a transformações nas relações de trabalho, familiar – criação dos filhos –, habitacional.... Cujos efeitos poderiam ser amenizados por ações governamentais. Questão que será retomada adiante. No momento, podemos analisar que o narrador responsabiliza o governo pela situação do país em todos os seus aspectos, apesar de afunilar tal situação colocando-a como decorrência de um único fato: a proibição do trabalho infantil⁵⁸.

Edson nos diz que o trabalho não atrapalharia nos estudos, como segundo ele estaria sendo dito. Tal argumento também diz respeito a sua observação sobre a importância que a sociedade está dando a educação formal, outro sinal dos novos tempos.

A interpretação da narrativa de Edson permite que possamos entender que ao mesmo que o trabalhador produz bens materiais ele também está a produzir bens imateriais. A produção de alimentos, e, no tocante, a familiar, possui uma cultura própria que se modifica através do tempo, e, como no caso, é capaz de apropriar novos valores e resistir perante eles. Sendo inevitável a distinção entre trabalho manual e o intelectual, seria um equívoco ignorar as potencialidades intelectuais de determinado grupo, devido à singularidade de sua forma operatória.

Em livro com título muito propositivo a este trabalho – “A década de 1920 e a origem do Brasil moderno” – é discutido por Carvalho, educação e política com enfoque na Associação Brasileira de Educação (ABE). A década em questão é distante daquela estabelecida neste trabalho, porém, compreendo que um processo histórico não cabe em fronteiras cronológicas, e, se o termo “fronteira” pode ser usado no caso, será apenas no sentido de encontro entre os tempos.

Carvalho nos diz que, com o propósito de deter os fluxos populacionais para as grandes cidades, se propunha uma “política agro-sanitária”, em exemplificação nos apresenta as ideias de “ressurreição agrícola do país” de Belisário Penna, que eliminaria os latifúndios e promoveria a pequena propriedade familiar. Cito:

⁵⁷ POLANYI, Karl. **A Grande Transformação: as origens de nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 2000, pp. 51-227.

⁵⁸ Todavia, a defesa que Edson faz do trabalho infantil é limitado ao auxílio aos pais, isto é, exercer alguma atividade no espaço doméstico sob a presença e orientação dos responsáveis.

Tratava-se, no seu entender, de uma política de “valorização” do homem pelo “vigor físico resultante do gozo do trabalho em terra própria, com esclarecimento da inteligência pela instrução e educação”. A vida rural é apresentada como fonte de vitalidade, moralidade e patriotismo; o papel principal da escola deve ser o de cultivar esse gênero de vida...⁵⁹

A autora interpreta “a nostalgia romântica da sociedade agrária”, como interesse político pela “organização do trabalho” que remete a fixação e distribuição da população. Assim, os intelectuais da ABE possuíam três questões identificadas pela autora como nucleares: o funcionamento do sistema escolar em favor da “hierarquização dos papéis sociais formando elites diretoras e povo dirigido; podia estar referida a uma política de distribuição racional da população entre campo e cidade, fazendo da Escola Regional um instrumento de contenção do processo migratório para os centros urbanos; ou, finalmente podia designar um conjunto de dispositivos escolares e paraescolares de disciplinarização das populações”.⁶⁰

Pois, ao mesmo que se tinha a preocupação com a migração desordenada – do campo para a cidade – se tinha a necessidade de um operariado para a indústria nascente, de modo, que o urbano seria o lugar do trabalho metódico ao que coaduna o modelo de fábrica nas escolas. Uma vez que, repercutia “imagens de um jeca Tatu indolente e doentio, perdido nos sertões” ao qual se deveria combater, bem como, o “vadio” dos centros urbanos.

No tocante, poder-se-ia questionar qual seria a relação de Edson com as políticas educacionais da década de vinte, ou, já estar denunciando a incoerência de um trabalho que além de viajar por diferentes temporalidades, vai de um assunto a outro sem a menor nota introdutória. Todavia, o sentimento de nostalgia ao sistema agrário familiar não estaria contido nas últimas linhas, ao invés disso, ele aparece e reaparece ao texto, mesmo que sobre outra roupagem.

Tanto para Edson como para Belisário Penna o trabalho está relacionado à educação e a moral, e, o trabalho familiar como o espaço de transmissão ideal. Se Penna é repetitivo sobre o trabalho como um valor da pátria e do patriota, é recorrente na fala de Edson o Nordeste como detentor de específico costume, uma vez que, esse discurso também pode ser interpretado como uma forma encontrada de modificar como as pessoas veem o nordestino:

Que nós nordestino nós não tem o privilégio de ficar parado, mesmo que seja um aposento dele mesmo, que seja ali conforme ele precisa entendeu, de tá naquele período ali, porque ele não costuma tá parado, ele costuma entendeu, mesmo que ele venha receber do seu benefício por direito dele, mas ele sempre quer tá trabalhando.

⁵⁹ CARVALHO, Marta Chagas de. Educação e política nos anos 20: a desilusão com a República e o entusiasmo pela educação. In: LORENZO, H.C. de e COSTA, W. P. da (orgs.) **A década de 1920 e as origens do Brasil moderno**. São Paulo: Ed. da UNESP, 1997. p.132.

⁶⁰ CARVALHO, op. cit. p.128.

Nóis pensa assim, se for de morrer, nóis vamo morrer trabalhando entendeu, mesmo que nóis tenha o nosso benefício, mais nóis sempre ficamos trabalhando. Nóis não, se aposentou, não, vou ficar parado, não, isso não existe, nóis foi acostumado a trabalhar e vamo ficar nesse período aí.⁶¹

Carvalho em uma de suas notas nos esclarece que:

O discurso cívico, como discurso de função predominantemente emotiva e cujo fito principal é a persuasão, é parasitário do imaginário do público a que se destina. Por isso, as imagens que mais frequentemente articula, a recorrência de certos termos, as alusões que efetua conotam uma zona consensual implicada a adesão ao movimento educacional.⁶²

Não foi mais que um acaso, a oportunidade de conversar com Edson. Eu tinha combinado de entrevistar Rosymeire advinda do Maranhão, enquanto estava em sua casa um homem falava com o seu marido sobre os problemas de saúde e o desejo de aposentadoria. Estávamos na entrada da casa, o homem acabava de chegar do serviço – deixado pelo ônibus da empresa em que trabalhava em um ponto próximo – a casa do amigo era caminho para a sua, por coincidência o amigo era o marido de Rosy e o homem, Edson. Ele perguntou sobre o que era meu trabalho e se ofereceu a ajudar.

Como de costume eu disse que gostaria de saber sobre a migração, as razões e as dificuldades da mudança. Ouvindo a entrevista mais tarde pude concluir que narrou toda sua vida pela lógica do trabalho, eu diria a trajetória de um trabalhador. Como é bem sintetizado por uma de suas falas – a última que transcrevi – ele inicia no trabalho antes dos dez anos e, segundo o que nos informa, continuará na labuta mesmo depois de se aposentar.

Retomando o que disse no início deste texto, Edson interpreta a realidade pela lente da moral do trabalho, compreendo que toda sua narrativa é coerente a esta moral. A aposentadoria não é justificada apenas pela doença contraída, ou pelo direito adquirido pelos anos trabalhados de carteira assinada, prevalece o sentido do trabalho como uma condição moral que precisa se perpetuar para além da aposentadoria. Todavia, a imagem com que se apresentava perante os meus olhos – o uniforme e a bota de serviço, além da poeira nas roupas da jornada de trabalho – podia ser mais um quadro de reafirmação de seu direito, do que a ideia de trabalho sem término.

A escolha do texto “A década de 1920 e as origens do Brasil moderno” não se dá em razão de uma busca das origens – como nos alertaria Marc Bloch. Mas, por outro lado, nos auxilia a compreender o recorte cronológico destacado. A década de vinte tinha questões

⁶¹ Edson Lino Bezerra (Natural de Alagoas) – Entrevista realizada em 08 de janeiro de 2016.

⁶² CARVALHO, op.cit., nota 9 da p.119.

próprias ao período – a recente abolição com o expoente de trabalhadores libertos migrando para os centros urbanos, e a jovem República.

Todavia, a interpretação que faço da ligação que Carvalho nos apresenta do discurso cívico com o projeto de modernização do país, é de que o projeto era formar trabalhadores o que não quer dizer que se queria a cidadania a tira colo. Como foi citado em parágrafo acima, se tinha por objetivo a formação de “elites diretoras e povo dirigido”, o que significa excluir uma real participação popular, o que para mim significa a negação da cidadania.

O fato de Edson nos apresentar toda uma narrativa que justifica sua aposentaria pode estar baseada no argumento de que não se trata somente de uma moral do trabalho compartilhada no campo religioso, mas que coaduna com um discurso cívico que é de conhecimento, mesmo que inconsciente de todos, uma vez que, é uma ideia intrínseca ao costume – “parasitário do imaginário do público”.

O discurso deste trabalhador remonta a uma luta diária pela sobrevivência e pelos valores. Embora, a incorporação desses valores pelo projeto modernista nos conduza a uma faca de dois gumes, já que, o discurso de luta pelo direito tende também a representar uma defesa antecipada, pois, a conquista da aposentadoria pode levar ao julgamento da condição que lhe é associada, e, vista como negativa – o ócio, isto é, a ideia de que o aposentado não trabalha, o que corresponde com o medo da inutilidade.

Assim, é preciso que se tenha em perspectiva que toda resistência realizada é feita no interior da organização social, mesmo que em contraposição a esta, tanto a interpretação dos trabalhadores que analiso, como a própria produção acadêmica.

Como no caso, apesar de Edson fazer duras críticas ao uso da televisão pelas famílias, o argumento que se utiliza para afirmar a configuração do Nordeste, seria reportagens amplamente transmitidas sobre este espaço: “Você tem dezenove anos, acho que você não chegô a vê essa reportagem, mas a moça aqui ao lado, acho que já chego a vê, né moça”⁶³.

Além do mais, a transmissão seja pela televisão ou por outro equipamento pode ser uma via de denúncia, algo entendido como positivo: “Se essa gravação fosse ao ar, fosse a público, seria muito bom, entendeu. Assim, em termos do meu caso, em termos de outro...”⁶⁴.

Tais palavras apresentam o interesse de ver sua realidade divulgada – de ter visibilidade social, ganhar importância –, perspectiva vinculada ao conhecimento sobre o

⁶³ Edson Lino Bezerra (Natural de Alagoas) – Entrevista realizada em 08 de janeiro de 2016.

⁶⁴ Edson Lino Bezerra (Natural de Alagoas) – Entrevista realizada em 08 de janeiro de 2016.

potencial dos meios de comunicação, porém, tal ideia apresenta sobremaneira a perspectiva sobre aquela gravação e o trabalho da pesquisadora.

Mesmo que tenha sido explicado que a gravação tinha por finalidade a construção de um trabalho escrito, a possibilidade de mudança sobre sua realidade estava sugestionada pela divulgação de suas experiências e opiniões em forma de denúncia. Contudo, a sua perspectiva superestimada do trabalho em construção, apresenta os limites da pesquisa, pois, além de ter a princípio o entrevistado e a pesquisadora objetivos diferentes, mesmo que se tornem comum, isso não garante que alcance tal finalidade. Mesmo assim, estamos todos em busca de mudanças, e, acreditando que nossas ações sejam intervenções que venham a provocá-las.

Em fragmento já transcrito Edson nos apresenta a visão que, segundo ele, nos é transmitida da população da região nordeste: “O povo do Nordeste é um povo sofrido.” Todavia, ele contra argumenta, dizendo que: “... o povo acha que é um sofrimento, não é.” Albuquerque Jr. nos diz que: “Ao nordestino ainda estão vinculados outros tipos sociais vistos com certo desprezo, com comiseração ou com medo, como: o retirante, o flagelado, o migrante, o pau-de-arara, o arigó, entre outros”.⁶⁵

Entendo que é essa ideia de comiseração que Edson quer rebater. A sua narração é marcada por dificuldades, seja no lugar de origem ou como migrante. No entanto, são ocorrências que ressaltam a superação destas, isto é, quanto maior a dificuldade maior a conquista. Quanto à imagem da infância – poder ser vista como sofrimento –, podemos compreendê-la pela sua fala como momento de constituição de uma fortaleza moral e física.

Albuquerque Jr. a partir de seus estudos – que inclui pesquisas literárias – nos coloca duas imagens que foram constituídas sobre o nordestino através do tempo. O autor cita José de Alencar como o escritor que teria proporcionado a idealização do “sertanejo com todas as virtudes morais e a fortaleza física”.⁶⁶

Em contraponto o historiador menciona o movimento literário ‘Padaria Espiritual’ no Ceará, que influenciado pelas teorias científicas, evolucionistas e social-darwinistas – no contexto da seca do final do século XIX –, tomava o homem do norte como um “homem em farrapos, doente, macerado, um esqueleto andante, esperando os urubus virem devorar. Um homem retornado à condição da animalidade pela fome e pela sede...”⁶⁷

As imagens díspares – forte e flagelado – refletidas sobre a narração de Edson, não se anulam, antes se conectam. Heranças de dois passados diferentes se encontram num ressoar

⁶⁵ ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz. **Preconceito contra a origem geográfico e de lugar. As fronteiras da discórdia**. São Paulo: Editora Cortez, 2007, p.89.

⁶⁶ ALBUQUERQUE, op.cit., p.93.

⁶⁷ ALBUQUERQUE, op.cit., p.93.

presente. É possível que identifiquem no grupo ao qual pertencem e em si próprios tais características, que postas em conjunto são interpretadas como qualidades – isto é, suas dificuldades ressaltam sua força. Mesmo que migrante, continua a interpretar a si e as suas vivências em influência ao lugar de origem.

Em entrevista realizada com Valdemiro natural da Bahia – podemos compreender como essa visão da fome sobre o Nordeste disseminou sobre outras regiões. No tocante, a possível falta de alimentos do determinado grupo no lugar de origem, não era incorporada por certos locais, de forma, a lhes compreender. Ao invés disso, se instrumentalizavam desse estereótipo, ou mesmo do conhecimento de ocorrências de fome em regiões do Nordeste para agir com preconceito e discriminação.

A maioria dês, um bucado dês chamava a gente de: Veio pra Bahia morrendo de fome. Veio da Bahia morrendo de fome esse trem, não sabe o que é comida não, aprendeu a comer carne aqui. Isso aprendeu a comer carne aqui. Isso lá só comia farinha com feijão. Aprende a comer carne aqui, ele nem sabe o que é verdura não. Na verdade, o que é verdura até hoje, como verdura, mas não sou afim de verdura não, nunca gostei. Eu gosto é de arroz, carne e feijão e macarrão; como uma verdura, como, é pá fazer bem, é, eu vou comer, mas pá falar assim é bão pá comer, não. Mas uns setenta por cento discriminação mesmo sabe, veio passando fome da Bahia de lá pra cá não sabe o que é carne não, come um biscoito aí trem cê nem sabe que qui é isso não. E aquilo tudo cê levava na brincadeira, mas aquilo cê ganhava na cara mesmo, cê ganhava mesmo de verdade. Não tinha esse negócio de que isso é brincadeira de que isso é verdade, a gente que já veio daquele lugar bem pobre mesmo, bem lascado mesmo, chegar numa fartura dessa aqui mesmo, o cara podia falar brincando com o cê, mas aquilo doía mesmo no cê, sabe por quê? Porque cê veio de lá do trem zero mesmo, então cê chegava aqui, cê já tava começando a evoluir dentro do lugar que cê trabalhava segurasse pra alguma coisa, que o cara ia jogar lixo no cê ué, aquilo é discriminação mesmo. Mas o cê levava aquilo na brincadeira e cê ia dando a volta por cima, igual hoje ninguém fala isso pelo menos comigo, meus irmãos, não, ninguém fala isso mais não.⁶⁸

O tipo e a forma em que são consumidos os alimentos em cada região são elementos culturais. Embora, tais costumes possam estar vinculados ao que a terra melhor produz no lugar em que se habita, de forma, que Valdemiro nos conta que onde morava não era comum se plantar verduras tão recorrentes em São Gotardo, bem como, seu consumo não era presente em sua vizinhança. Assim, à discriminação pela condição em que chegam os migrantes na cidade é acompanhada do preconceito pela cultura do outro.

Além disso, Albuquerque Jr. em seu trabalho nos alerta sobre a homogeneização do Nordeste, pois, a região contém diversas realidades sociais, econômicas, culturais, políticas...

Nesse trabalho utilizo da concepção homogênea ‘nordestinos’, que pode vir a corroborar com essa imagem de nordeste único, uma vez que, não dialogo com pessoas

⁶⁸ Valdemiro Francisco dos Anjos (Natural da Bahia) – Entrevista realizada em 09 de janeiro de 2016.

advindas somente de uma parte do Nordeste. Todavia, apesar de esta ser uma crítica contundente, compreendo que sobreponho a condição comum de trabalhadores rurais, procurando evidenciar as específicas experiências de cada sujeito – correspondentes ao lugar de origem ou não –, que ficam explícitas na entrevista.

3.2 Constituição de Consumidores: a modernidade entre gerações

O homem alimenta com seu corpo – percebido como sua melhor exploração – uma relação bem materna de indulgência terna, da qual extrai ao mesmo tempo um benefício narcisista e social, pois sabe que é a partir dele, em certos meios, que o juízo dos outros se estabelece. Na modernidade, a única consistência do outro é muitas vezes a de seu olhar, o que resta quando as relações sociais se tornam mais distantes, mais comedidas.⁶⁹

Já discuti sobre como foi bom entrevistar membros de uma mesma família, neste tópico o que se destaca é a relação de mãe e filha e, como houveram tantas mudanças entre duas gerações, inicio citando a narração de Luzinete sobre como era sua vida no Maranhão. “Tem gente que come uma vez por dia, tem que escolher, quer comer de manhã de dia ou de noite, tem gente assim, vivendo assim lá. Ainda tem isso não vou menti”⁷⁰.

Em seguida ela nos conta que: “Não passei por isso porque meu pai era muito trabalhador e minha mãe, por isso, eu não passei não, porque meu pai era muito trabalhador, mais meus primo passaram”⁷¹.

Nesta entrevista o trabalho também aparece como uma qualidade, e, em específico a razão pela qual não passou fome, todavia, o fato de afirmar que muitos ainda passem fome não é justificado em causa dessas pessoas não trabalharem. Ao contrário, se fala sempre que tanto os homens e mulheres trabalhavam muito; os filhos mais velhos ajudavam os pais no serviço, enquanto os mais novos cuidavam dos pequenos em casa. Que a quantidade de filhos dificultava a situação, no entanto, o que parece ser mais determinante é a falta de serviço em alguns períodos do ano, acrescido pela ausência de chuvas.

As lembranças surgem de forma comparativa entre o Maranhão vivido, e, como este lhe chega no presente, pelas falas dos outros. Ademais, passado e presente também se contrapõe ao se comparar o lugar de origem ao local que habita. Ela inicia nos comunicando o que diferenciava São Gotardo de sua terra natal:

⁶⁹ LE BRETON, David. O corpo acessório. In: _____. **Adeus ao corpo: antropologia e sociedade**. 6ª ed.; Campinas, SP: Papirus, 2013, p. 27-54)

⁷⁰ Luzinete da Costa Soares (Natural do Maranhão) – Entrevista realizada em 22 de janeiro de 2016.

⁷¹ Luzinete da Costa Soares (Natural do Maranhão) – Entrevista realizada em 22 de janeiro de 2016.

Aqui tem uma diferença, aqui tem serviço né, aqui é bem melhor pra nós viver, porque lá é difícil de mais, só tem serviço pra quem é professora, pra quem trabalha no hospital, essas coisas assim, mas agora nós que assim trabalha no campo num tem serviço.⁷²

Como já observei em parágrafo anterior, a ausência de emprego é determinante na situação em que vivem, contudo, acrescento outra diferença entre os lugares a partir do que nos diz Luzinete. Enquanto que o serviço remunerado para ela no Maranhão tinha como único fim a sobrevivência, ao que figura, no exemplo que nos dá de seus primos, a fome, e, a má alimentação. Em São Gotardo no momento em que nos falava entendemos que ele alcançava outras dimensões. Pois, o trabalho permitia a compra de bens que não faziam parte de sua realidade no Maranhão, bem como, o consumo em uma quantidade bem maior.

Podemos refletir sobre essas diferenças na dimensão do consumo ao analisarmos a relação que Luzinete faz da criação que recebeu a que dá a sua filha. O conflito entre as gerações tão próximas nos faz compreender as mudanças no tempo e no espaço. Valdemiro que me apresentou a Luzinete – sua cunhada – para que eu a entrevistasse; comentou sobre sua sobrinha:

Valdemiro: E... Sandielly tivesse aqui ela ia te imprecisar demais do cê contar isso.

Luzinete: Ia mesmo. Icha, minha menina, o meu Deus, minha menina nunca passou nem um terço, nunca passou por nada que eu passei. Ela não gosta não, minha menina é muito chata. Eu digo assim: Minha fia tu é pobre, não fica querendo cê rica igual essas menina não minha fia. Não, eu não sou pobre, eu sou rica, não sou pobre não, e ela quer ser, mas minha fia, meu Deus. Minha fia eu tive cinco, seis filho e uma filha, ela vai fazer quatorze anos agora no outro mês, mas hum. Ela diz que não conta que tem esse tanto de irmão, ela tem vergonha, ela não conta, quando o pessoal pergunta, só quem conhece, mas quem não conhece ela não conta não. Não, eu não queria ter esse tanto de irmão não, eu queria ser só eu, não, eu tenho vergonha de dizer que tenho esse tanto de irmão. É ela toda... e meu Deus.

Entrevistadora: Mas você acha que ela fala isso por causa do pessoal daqui?

Luzinete: Não sei, ela tão diferente, todo mundo diz assim: Nossa, mas aquela menina parece que não pisa nem no chão, que é tão seca. Nossa minha fia puxa pra mim, eu não, puxo não. E ela xinga o irmão dela, esse macaco preto. Sandy não pode dizer isso não, que meu menino ali é mais moreninho o irmão dela que é por parte de pai e de mãe, aquele que tá perto dela ali (Aponta um retrato), ês tá pra casa do pai dê. Nossa, mas ela é e minha fia. Tudo que ela vê as menina usando, não que minha amiga tem isso, a senhora tem que comprar pra mim. Não, porque tão usando um batom roxo, senhora tem que comprar pra mim, ontem eu tive que comprar esse batom pra ela. Não, que fulano tá usando assim, assim, assim, senhora tem que comprar pra mim. Não que eu não vou andar bagunçada não, e, é assim minha fia, não quer qualquer coisa não.⁷³

⁷² Luzinete da Costa Soares (Natural do Maranhão) – Entrevista realizada em 22 de janeiro de 2016.

⁷³ Luzinete da Costa Soares (Natural do Maranhão) – Entrevista realizada em 22 de janeiro de 2016.

Apesar da mãe dizer que desconhece as razões da filha negar a quantidade de irmãos, a cor do irmão, e, sua condição social – podemos compreender que a imagem que quer passar de si mesma se assemelha a imagem que foi construída de determinado grupo social. Assim, podemos pensar suas ações através das expectativas que constrói sobre este grupo: rico, branco, com baixa natalidade.

Pelo que pude entender da entrevista; com o pai da Sandiely, Luzinete teve apenas mais um filho que é, por sua vez, o que sofre com denominações racistas da irmã. As questões possíveis e necessárias deste caso incluem a pouca idade da garota, cujo comportamento representa não só as ideias compartilhadas em ambientes que frequenta como a escola, mas uma reação para sua defesa, uma barreira para conter as críticas – com que ataca o irmão – para que não atinjam a si mesma.

A diferença dos irmãos advém da variabilidade genética, ou seja, é uma questão apenas fenotípica, assim, a garota tanto podia ter nascido com a cor do irmão e vice-versa, assim, se ela sente a constante necessidade de se diferenciar das características de sua família, é, porque ela reconhece a proximidade, não apenas sanguínea, mas social, que os une.

O que quero dizer é que o meio social em que se encontra proporciona a ideia de que ter muitos irmãos, ter determinada cor e ser pobre, são características e condições negativas, de modo, que se configura o sentimento de autonegação. A análise não perfaz o caminho da criança que rejeita e critica os irmãos, mas da criança que aprende a não gostar de si mesma, e, que reage sobre essa atmosfera de repressão, oprimindo suas próprias características, rejeitando os seus, que ao mesmo, é a rejeição de si.

A necessidade de adereços, a constante exigência de novas roupas e seguimentos da moda, pode ser entendida como elementos que considera garantir a sua inclusão no grupo em que quer ser aceita. Na filosofia se diz que toda ação tem por finalidade a felicidade, porém, na chamada modernização o consumismo se configura como o caminho para a felicidade, e, para os relacionamentos interpessoais.

É extremamente interessante como na entrevista de Luzinete o sentimento de felicidade aparece diversas vezes como pertencente aquele passado descrito por tantos motivos como de muitas dificuldades, por outro lado, apesar de afirmar que no presente se está melhor, são essas palavras que emergem sobre a memória pretérita: “... e nós era feliz assim mermo”⁷⁴.

⁷⁴ Luzinete da Costa Soares (Natural do Maranhão) – Entrevista realizada em 22 de janeiro de 2016.

No texto “Tempo, disciplina do trabalho e o capitalismo industrial”⁷⁵, Thompson apresenta alguns estudos antropológicos sobre povos do mundo em desenvolvimento. Dentre estes ele analisa os Nuer que não possuíam o que para nós se equivaleria ao sistema abstrato de medição temporal, de maneira, que não experimentariam, por exemplo, sentimento de perda e de luta contra o tempo. De forma, que Northants – autor citado por Thompson – conclui que os Nuer eram felizes.

A respeito de Luzinete, o seu pensamento sobre o passado nos leva a conclusão de que era naquele período feliz. No entanto, o emprego da expressão “assim mesmo”, condiz com o sentido do advérbio apesar, isto é, há a expectativa de que sobre aquelas condições a felicidade era improvável. Conta-nos: “Agora a gente chegou aqui, pra gente viver aquela vida de novo. Eu que vivi aquela vida, não quero aquela vida. Porque que eu não voltei mais pra lá, eu não quero aquela vida mais não, Deus o livre”⁷⁶.

Entre os Nuer e Northants, e, entre a relação de Luzinete com seu passado e presente; há diferenças em seus “pontos de referência”. Enquanto, para os Nuer a orientação se baseia nas próprias atividades realizadas, para nós é preciso à referência do tempo. Enquanto no passado para Luzinete bens “simples” garantiam momentos de felicidade, no presente se configura outra realidade. De modo, que a felicidade se expressa de maneira diferente através do tempo.

Ao que concerne o diálogo com Luzinete, podemos compreender a distinção entre os “pontos de referência” do passado\presente e Maranhão\São Gotardo, a partir do ponto de vista geracional. Uma vez que, Luzinete reflete sobre as vivências da filha as interpretando segundo suas próprias vivências quando possuía a idade que possui a filha.

Sobre os dizeres acima não concluímos que na situação de fome se era feliz, mas que como Luzinete não estava inserida nessa lógica do consumo infundável, a felicidade era vivida, enquanto no presente a felicidade está sempre próxima, mas nunca alcançável, isto é, a imagem que se concebe é de uma felicidade mais exigente, e, ao mesmo, mais fugaz. Há uma maior exposição de bens materiais que lhe chega como exigências em sua condição como mulher, esposa, mãe – pertencente a um grupo social.

Talvez analisar sentimentos não seja uma prática reconhecida como científica, todavia, se ao se historicizar o sentimento de felicidade nos afastamos da modernidade – ao que se contrapõe ao compromisso da modernização – ou deduzimos que estivemos enganados ou que o projeto possuía desde o princípio outra finalidade.

⁷⁵ THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

⁷⁶ Luzinete da Costa Soares (Natural do Maranhão) – Entrevista realizada em 22 de janeiro de 2016.

A sociedade criou através do tempo diversas formas de distinção, porquanto, no presente vemos como o consumo se torna um mecanismo de diferenciação entre grupos sociais, ao mesmo, que pode ser entendido como um aparelho de exclusão social, pois, tendo a criação constante de produtos, nunca se tem o suficiente.

3.3 Usos e Costumes: As possibilidades do ser, ter e fazer

João Manuel Cardoso de Mello e Fernando A. Novais, no livro “História da Vida Privada no Brasil”, refletem sobre a construção de uma economia moderna que corresponde ao período de 1930 até o início dos anos 80, cujo decurso de 1950 ao final da década de 70 se destaca como de aceleração. Tal processo levou a incorporação de novos padrões de consumo e produção, semelhantes aos dos países desenvolvidos.⁷⁷

Os autores mencionaram a criação de fábricas, hidroelétricas, extração de combustíveis fósseis, abertura de rodovias como elementos do processo. Por sua vez, ao introduzirem o ambiente doméstico na discussão, detalham as trocas de instrumentos utilizados na manutenção da residência, das vestimentas e do preparo dos alimentos; “o ferro elétrico, que substitui o ferro a carvão...” E, da possibilidade de pobres e ricos, de posses de diferentes objetos confluírem para o mesmo; “o fogão a gás de botijão, que veio tomar o lugar do fogão elétrico, na casa dos ricos, ou do fogão a carvão, do fogão a lenha, do fogareiro e da espiriteira, na dos remediados ou pobres”.⁷⁸

Outro ponto analisado por eles é a ascendência do consumo de alimentos industrializados. Ademais, as imagens que compõem o texto referem-se a propagandas da década de cinquenta que mostram mulheres usando o aspirador de pó, a enceradeira, e, utilizando alimentos industrializados. No tocante, são demonstrações da praticidade que tais objetos proporcionam, direcionando-as as donas de casa.⁷⁹

Assim, as transformações tecnológicas não parecem interferir no papel desempenhado pela mulher na sociedade patriarcal. Os perfis sorridentes nas imagens coadunam com a ideia de conformismo e satisfação com os novos instrumentos para as velhas funções sociais.

A crítica não se remete as atividades – fundamentais a manutenção da vida – ao contrário, diz respeito, a sua desvalorização e a de quem as exerce. Desaprovo a

⁷⁷ NOVAIS, Fernando (coord.) **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998; v.4.

⁷⁸ NOVAIS, op. cit., pp.563, 564.

⁷⁹ NOVAIS, op. cit., pp. 564, 565.

caracterização de tais funções como próprias ao sexo feminino, e, a restrição de sua atuação em outros trabalhos e profissões. Apesar, de no momento ter-se propagado a atuação das mulheres em todos os tipos de carreiras, a discriminação em certos ambientes e remuneração inferior, comparado aos rendimentos dados aos homens que possuem a mesma ocupação, são exemplos do que ainda se precisa combater.

Pessoa narra que o “capitalismo rural” possibilitou que “esposas”, “filhas”, e filhos adolescentes trabalhassem, ao contrário do que ocorria na lavoura tradicional “em que os trabalhadores, somente do sexo masculino, eram cada vez mais pobres”. Em parágrafo seguinte ele afirma “as mulheres na sociedade agrícola tradicional não eram agentes importantes da produção, limitavam-se ao papel de donas de casa.”⁸⁰

A perspectiva de Pessoa sobre a mulher do campo apenas reitera o que já tenho dito. Uma vez que, se deve discutir também a concepção do trabalho, pois, o trabalho doméstico não era considerado como trabalho por não ser assalariado. Além disso, no ambiente rural, a mulher apesar de não ser remunerada – muitas das vezes – auxiliava tanto no serviço em que o marido era pago como no de casa, assim, acumulando funções. O fato de uma lei que garanta os direitos aos trabalhadores (as) domésticos (as) – de modo, a equipará-los aos demais trabalhadores – ter sido aprovada tardiamente em 2013, evidencia como um trabalho vinculado socialmente ao sexo feminino é desvalorizado.

Pessoa não apenas interpreta como insignificante as mulheres como agentes. Quando não analisamos que a mulher não é estudada como sujeito independente, presa a um ambiente ora como filha, ora como esposa as tornamos invisíveis, tanto é que Pessoa no interior deste sistema considera que somente os homens empobreciam.

A partir de Pessoa, memorialista de São Gotardo, podemos refletir sobre as alterações decorrentes do processo em um município comumente chamado “do interior”. Em que, por ser uma cidade agrícola, a análise sobre a “modernização”, por vezes está limitado ao campo, enquanto que as transformações no urbano são vistas como em decorrência dos interesses econômicos agropecuários.

Como muitas vezes o país é dividido entre espaço urbano e rural, assim, também o é seu processo de “modernização”, em que se fragmenta a história, cujo, em primeiro se foca a industrialização das cidades e em segundo a maquinação do campo, em virtude de atender as demandas dos centros urbanos.

⁸⁰ PESSOA, op. cit. p.317

A questão é que fazem parte de um mesmo processo. Assim, ao estudar São Gotardo penso na interação urbano/rural, contudo, sem fracionar o município, ao contrário, compreendê-lo em sua diversidade, a partir de um referente recorte cronológico que não se subdivide em razão dos espaços rural/urbano.

Ferreira, pesquisou o respectivo processo em Ibiá, cidade próxima e com características semelhantes a São Gotardo. Ele relata em seu trabalho:

A aceleração do crescimento industrial surgido a partir do Plano de Metas gerou consequências que aumentaram enormemente as demandas sobre o setor rural, que seguramente a agricultura tradicional não teria condições de atender, impondo uma necessidade urgente de modernização do campo.⁸¹

Uma informação incontestável, porém, é possível que tenha sido a partir dela que o pesquisador tenha concluído que: “O povo assistiu admirado a implantação de tecnologias modernas no campo, as quais conseguiram arrancar produção de terras que antes eram quase estéreis”.

Como já tenho dito, a agricultura de cerrado na região, como Ferreira também menciona, foi implantada por agricultores advindos de São Paulo e Paraná, todavia, creio que seria um equívoco pensar o processo somente a partir deles e somente por eles. Mais uma vez, é ver a história de cima para baixo, em que quem possui maior capital financeiro e poder político consegue se impor sem nenhuma resistência ou colaboração dos sujeitos comuns.

Em específico é acreditar que o processo de desenvolvimento do país ocorreu isoladamente em determinados pontos, sem que as ideias modernistas fluíssem por seu território, de tal forma, que ele precisa ser trazido de fora (dos grandes centros) para dentro (para os pequenos municípios). Pela negação de qualquer comunicação entre os espaços, “o povo **assistiu** admirado”, no tocante, é recordável a famosa frase de Aristides Lobo – “o povo assistiu bestializado” – que permaneceu por longo período como referência historiográfica sobre o nascimento da república, em que se interpretava a inércia dos cidadãos.

Ao que impede também a visão de que os migrantes advindos de regiões pouco desenvolvidas tenham algo a contribuir ao processo. Um grande equívoco, mesmo porque como nos diz Mello e Novais durante os anos de 1950 a 1980 houve o deslocamento permanente da fronteira agrícola e trabalhadores que acompanharam esse movimento. De maneira, que os migrantes transmitem as ideias de seus locais de origem, bem como, dos locais por onde passaram.

⁸¹ FERREIRA, op. cit., p.12

Dentre os sujeitos que tive a oportunidade de entrevistar Edson relata sobre onde esteve antes de estar em São Gotardo:

Então o quê que acontece né, nessa intuição os turmero reunia gente de lá os usinero mandava os ônibus da Itapemirim buscar pessoas lá no nordeste para o corte de cana, cultivo de cana e nessa hipótese aí eu caí dentro de um ônibus daquele. Só mais que ali eu peguei um ônibus errado que não foi diretamente para Cuiabá pro Mato Grosso foi aqui diretamente pra o Espírito Santo, pra terra Capixaba... Então-se, que eu saí daqui (São Gotardo) e fui lá pra Brasília, de Brasília quando eu chego, retorno pra cá, de novo São Gotardo...⁸²

Assim, como Valdemiro – outro entrevistado – que possui como modelo de trabalho bem remunerado – em região que esteve – a referência cultural sertaneja, de músicos que faziam sucesso no período. Ao mesmo que generaliza todo trabalho braçal como mal remunerado.

Aí apareceu um serviço lá na Goiânia, bater pasto, aí eu fui pra Goiânia em noventa e sete, eles vieram em noventa e seis⁸³, noventa e sete eu fui pra Goiânia... Aí nós mexeu com aquele meio de Goianópolis todinho, de lá na Terra do Leonardo. Trabalhei lá, ajudei nos tomate lá ainda. Mas o que tava estourado lá mesmo, o que tava estourado na Goiânia era Leonardo e Zézé de Camargo. Serviço braçal igual nós... ai, ai...⁸⁴

Retomando as memórias de Pessoa, ele nos narra que na década de 50 o município não possuía nem um conforto que as novas invenções poderiam permitir, segundo ele, “nem luz, nem máquinas”. O local dispunha de uma “micro-usina” instalada no Córrego Confusão na parte inferior da cidade. Quanto à iluminação pública relata:

Em São Gotardo, a iluminação pública apresentava algumas lâmpadas aqui e ali, avermelhadas, de luminosidade apenas suficiente para o andante se localizar, sustentadas por alguns braços de luz em postes de aroeira velhos, muito tortos, fincados bem no meio das ruas. Não havia automóveis para incomodar os potes.⁸⁵

A linguagem do memorialista sobre o período é muito jocosa, por vezes, o caracterizando como atrasado, e, seu modo de vida como primitivo. Pessoa se formou como médico em um centro-urbano industrializado, portanto, como morador, estudante, e, de classe social mais privilegiada, possuía diversas oportunidades de acesso a nova realidade em que o país se inseria. Em São Gotardo, cujo local de atendimento médico somente contava com a Santa Casa, ele tinha o interesse de construir o primeiro hospital particular – que veio a ser o

⁸² Edson Lino Bezerra (Natural de Alagoas) – Entrevista realizada em 08 de janeiro de 2016.

⁸³ Os irmãos de Valdemiro foram para São Gotardo em 1996.

⁸⁴ Valdemiro Francisco dos Anjos (Natural da Bahia) – Entrevista realizada em 09 de janeiro de 2016.

⁸⁵ PESSOA, op., cit., p.202.

Pio XII – com laboratório e instrumentos dependentes de energia elétrica como o aparelho de raio-X.

Para a manutenção do sistema de iluminação se contava com um único funcionário, Téo Resende, poucas residências possuíam ligação, a periferia do município era a menos atendida, e, “muitos achavam que essa “energia” não compensava as despesas que eram necessárias”. Pessoa cita todos os novos objetos que são inseridos no meio doméstico – que não podem ser usados na cidade – e que são mencionados por Mello e Novais, e, conclui: “o homem moderno não pode viver sem eletricidade”⁸⁶.

Um marco da melhora do fornecimento de energia é a construção da Usina do Abaeté em 1959, pela Companhia do Vale do São Francisco SUVALE, que apesar de não ter a capacidade para atender a cidade, o fornecimento se estendia para os municípios de Matutina, Tiros e Rio Paranaíba. O memorialista nos fornece essas informações citando jornais da época como a “Folha de São Gotardo” e “Correio do Oeste”.⁸⁷

Quanto aos postos de gasolina, se contava com dois, cujas bombas funcionavam por manivelas. Pessoa narra citando, por exemplo, o nome dos antigos funcionários como o Téo Resende, ou o bombeador do posto Antônio Podora – “com a chegada da CEMIG ele perdeu o emprego”. Sua linguagem é muito pessoal, de forma, que ao lê-lo podemos nos compadecer pelos sujeitos que parecem terem sido prejudicados no processo, ou nos felicitar pelos sujeitos que proporcionou a outros. E, ainda, de modo ingênuo interpretar que específicos sujeitos determinaram os rumos do processo.

Mas, como memorialista a história contada sempre perpassa pelas memórias de sua vida particular. Assim, narra sobre a construção da barragem no Rio São Francisco, em função da normalização do fluxo daquele rio a partir de Pirapora, e, onde se instalou a usina hidroelétrica de três Marias – inaugurada em 1962. E, relembra de sua viagem ao local em que:

... conversara com alguns funcionários do porto quando fiquei sabendo que caminhões e mais caminhões de soja, milho, batata, cenoura, etc., provenientes de São Gotardo, são embarcados naquele porto rumo ao nordeste. Então temos muito a ver com aquele porto fluvial. Ele está ligado a história econômica de São Gotardo.⁸⁸

⁸⁶ PESSOA, op., cit., p.203.

⁸⁷ Não há mais a existência desses jornais, e, não localizei órgão público ou pessoa privada que tivesse as publicações do período de funcionamento.

⁸⁸ PESSOA, op., cit., p.207.

Lembrando-me da entrevista realizada com Edson, tal visão se assemelha a maneira por qual descobriu o município de São Gotardo:

Ao quê que acontece, fiquei no meio do caminho, eu via os ônibus passando, os ônibus não, os motorista, os carretero passando. Aí eu procurei saber dos carretero, aí os carretero disse que tinha uma cidade chamada por nome de São Gotardo, que aqui tinha bastante serviço e o povo ganhava bastante dinheiro. Aí cheguei em... então tá bõ, aí ele disse que tinha cultivo de tudo: tinha cultivo de cenoura, cultivo de beterraba, alho é... batata.⁸⁹

A possibilidade de transportar as colheitas a longas distâncias permitiu além do consumo em diferentes locais, o seu conhecimento.

O memorialista explica que na década de 70 era preciso que o município possuísse determinado número de quotas ou ações para que a CEMIG instalasse energia elétrica. Os fatos de ter havido dificuldade para se vender as ações, são identificadas pelo narrador como em razão de que “lidava-se com um povo com mentalidade recém-saída do colonialismo, com resquícios de ideias medievais”.

No que concerne a esse pensamento, podemos retomar a discussão iniciada anteriormente. Analisando a adjetivação de Pessoa, “atrasado, primitivo, recém-saídos do colonialismo, com resquícios de ideias medievais”, pode-se apreender que ele interpreta aqueles sujeitos como dissonantes ao período histórico a que pertencem.

Contudo, nas discussões historiográficas atuais se compreende que todo sujeito diz respeito ao espaço e ao tempo a que pertencem, assim sendo, a resposta dos cidadãos a proposta de energia, corresponde as possibilidades de pensamento no município naquele momento.

Embora, a partir do mesmo argumento, não podemos requerer tal raciocínio do memorialista. Até mesmo por não pertencer a área em questão, apesar, de que no transcórrer do livro ele disserte sobre períodos históricos. Por exemplo, ao caracterizar as ideias da população como medievais, dispensa algumas páginas para descrever o período de “trevas”.

A respeito, creio que seja importante fazer um parêntese discernindo a diferença de um trabalho memorialístico quanto a produção de um trabalho historiográfico. É evidente que Pessoa tem informações sobre a histórica mundial, e, se utiliza de fontes para narrar suas memórias. Todavia, o ofício de historiador está além disso, e, possui instrumentos próprios.

⁸⁹ Edson Lino Bezerra (Natural de Alagoas) – Entrevista realizada em 08 de janeiro de 2016.

Quanto a sua interpretação, ele mesmo mencionou que o equipamento, bem como, sua manutenção possuíam um custo alto, além disso, o desempenho não era satisfatório, assim, é compreensível que muitos não quisessem ou tivessem ao menos as condições para adquiri-los.

Outro ponto que contradiz seu argumento é sua própria narração sobre a implantação da Telemig em 1976 – empresa telefônica, que só foi possível devido ao esforço da população. Assim, como havia dito é um equívoco analisar situações em que a população não tenha incorporado certas tecnologias como atraso, ou que não houve nenhuma participação dos locais nesse processo. Pelo contrário, podemos analisar que as escolhas dos moradores por certos mecanismos se baseavam em sua conveniência – ligado ao modo de vida preexistente que se diferenciava das necessidades urgentes de alguém que tinha o interesse de construir um hospital.

Pessoa, em seu livro ainda vai falar dos primeiros aparelhos televisivos em São Gotardo, e, como o fato do município ser classificado como cidade das pensões, possibilitou que este fosse escolhido como residência dos trabalhadores qualificados que implantaram o PADAP.

Pessoa narra sobre as transformações ocorridas em um determinado espaço no transcorrer de um período. Por outro lado, quando questiono os migrantes sobre seus locais de origem percebo tal desenvolvimento indo de um espaço a outro tratando-se de um mesmo período. De tal forma que expressam a alteração brusca que proporcionou os novos instrumentos de trabalho e do cotidiano doméstico em seus modos de vida em decorrência da mudança de território. Mesmo que Pessoa trate das modificações ocorridas entre as décadas de 50 a 80 e a entrevistada de sua chegada na década de 90, os poucos anos diferenciam o lugar de partida e chegada, e, exemplifica como foi acelerado o processo. Cito Luzinete:

A gente tinha que carregar água do rio na cabeça, depois que chegou aqui mudou, não tinha esse negócio de tanquinho tinha que lavar na tábua, batendo na tábua a roupa, é que nem aqui não tudo fácil. Lá não tem esse negócio de tanquinho, máquina, esse negócio de cozinhar no gás não, é no carvão, as unha das munhé tudo quebradinha só aquele tuquinho, trabalhando no carvão pá poder fazer comida, lá as munhé anda mais é descalço, lá é muito difícil, já melhorou bastante, ainda tá difícil lá.

Televisão, quem tinha televisão era rico onde eu moro, uma televisãozinha preto e branco, mas era rico.

Nóis ia pra casa de um veio, a mesa dele era mais grande que esse sofá meu aí, nós todo dia de tarde ia assisti a novela e de noite. Aí nós ia pra casa dele, só ele que tinha televisão, que ele tinha supermercado, aí ele tinha televisão, aí nós ia. Nossa mais lá tinha uma tábua de gente. Meu pai todo dia só ia assistia o Jornal Nacional. Eu lembro como se fosse hoje, pai botava uma cadeira lá perto da porta e ficava lá, quando acaba ele ia embora pra casa. Mas todo dia ele ia, nós ia assistir nessa casa. Aí depois de muito tempo, aí o pessoal foi comprando, cada um foi comprando uma televisão, agora hoje em dia tá bem melhor.

Dizer um rádio, ninguém sabia nem o quê que era isso aí, hum, sabia não. Ventilador, esses trem, não, existia não. Nós banhava era no rio, todo mundo junto, nós chegava lá tomava banho. Assim que eu cheguei onde eu moro, lá nessa cidade, que hoje a gente diz que é cidade, é um interiorzinho véio, assim, que botaram energia e telefone, eita, mas isso pra nós. O pessoal ficava só no telefone, direto, sem nem precisão, até estragaram os orelhão. Mas isso foi, nossa todo mundo ficou impressionado, quando botou essas energia, botou esses telefone, nossa, isso era muito bão.⁹⁰

Quando falo em modo de vida, expando seu significado ao fato de experienciar certa realidade. Pois, a maneira de viver está condicionada ao período, ao espaço, a classe – o que não se confunde com determinação, contudo, trata-se da influência desses fatores na maneira de se comportar e pensar. Quando analiso a forma de preparo de alimentos em seu local de origem, compreendo que naquela região o acesso a lenha era livre – não possuía custos. Além disso, pode-se analisar – a partir dos mesmos condicionamentos – em específico o modo de vida das mulheres.

Pois, as mulheres – como nos diz Luzinete – eram facilmente identificadas pelas unhas marcadas pelo tipo serviço, pelo uso de certos lugares e instrumentos para o trabalho doméstico. Podemos pensar para além do que é dito... na fumaça liberada como um sinal dos horários das refeições, visto ao longe. As relações que se criavam nas atividades de lavagem de roupa e banho em que sujeitos de diferentes idades compartilhavam o espaço – lugares de socialização.

Ademais, discute-se muito como as formas de produção e consumo capitalistas possibilitaram novos costumes e formas de comportamento. E, como os objetos tecnológicos – como já comentado em outros tópicos – criados nesse período os favoreceram. A televisão é um dos objetos que inauguram esse processo no Brasil.

Em conformidade com o que se poderia deduzir, a entrada do aparelho na determinada comunidade modificou as formas de socialização. Todavia, a resistência da tradição se manifesta de múltiplas maneiras. De modo, que ao contrário do que se pode pensar – a televisão como instrumento para a individualização – na comunidade em questão, possibilita que um espaço privado seja um lugar de socialização, em que se compartilha o acesso a informações e entretenimento.

Assim, modos de vida diferentes produzem diversas formas de uso sobre um mesmo objeto. De tal forma que a sociabilização pode ser compreendida como uma manifestação de resistência do costume sobre novos comportamentos.

⁹⁰ Luzinete da Costa Soares (Natural do Maranhão) – Entrevista realizada em 22 de janeiro de 2016.

3.4 “Uma mistura de população rural com população rural”

Pelo que foi dito no tópico anterior compreendemos que o que narra Luzinete sobre o seu local de origem é semelhante as descrições que Pessoa faz sobre São Gotardo antes da década de setenta. De tal forma, que é imprescindível perscrutarmos as memórias de Pessoa dando ênfase ao período de maiores transformações.

A narrativa é apresentada pelo viés da construção do hospital Pio XII – tal importância dada ao empreendimento, segundo o autor, não tem motivações particulares, mas seria em decorrência do tema ser a “história da medicina” (o que não o tornaria menos particular). Não só pela escolha da temática, mas por sua perspectiva. Nos diz: “...antes do hospital Pio XII, a história da medicina de São Gotardo muita pouca coisa tinha, ou nada a dizer.”⁹¹

Tal afirmação, bem como, outras passagens no livro, desconsidera as práticas comuns do período, do uso de ervas medicinais que se tinha no quintal de casa, onde as pessoas se automedicavam dos sintomas de doenças que tinham nome próprio naquela comunidade, além das benzedeadas e parteiras. A colocação explica o momento da profissionalização e da técnica, de modo, que tais conhecimentos populares não eram considerados como medicinais. Todavia, a permanência desses hábitos, assim como, dessas figuras sociais alimentou o que se chama hoje de medicina alternativa, em que estudos técnicos procuram se apropriar desse conhecimento, havendo, por conseguinte uma valorização em certas linhas de quem o detém.

Pessoa elenca diversas descrições da cultura da população antes do processo de modernização, e, que, por sua vez, pode ter se perdurado aos dias de hoje.

Foi indubitavelmente a economia nova que produziu a ruptura desse paternalismo, desse compadrismo e protecionismo, das ligações afetivas entre empregados e patrões. Foi essa nova economia com seus novos costumes que levava aos campos aquele aroma inicial de luta de classes, desfeitas que foram as ligações amistosas no período pós-colonial.⁹²

Os empregados começaram a acionar os patrões nos Tribunais de Trabalho. Os empregados se libertaram, desfez-se a tradicional família rural.⁹³

A partir da referência de “Raízes do Brasil” de Sérgio Buarque de Holanda, se pode refletir como Pessoa defende a “modernização”, auxilia no desenvolvimento da cidade, e, ao mesmo, tem uma visão saudosista sobre a cultura patriarcal, mesmo que no transcorrer do livro discorra críticas sobre o período de sua maior manifestação. Podemos interpretar que ele

⁹¹ PESSOA, op., cit. p. 253.

⁹² PESSOA, op., cit., p.315

⁹³ PESSOA, op., cit., p.316

quer o “melhor” dos “dois” mundos. Proprietário rural e profissional liberal, buscava o conforto que a produção dos novos bens proporcionava em consonância com o desejo de prevalência das relações patriarcais.

Embora, no segundo caso, não possa dizer que seja o “melhor” do período, como indica a própria contradição que o autor estabelece na citação transcrita. Já que, nos diz que o que havia entre empregados e patrões eram “ligações afetivas”, todavia, ao mencionar que a partir do processo de “modernização” os trabalhadores tiveram a possibilidade de processar seus contratantes conclui, “os empregados se libertaram”. Portanto, pode-se apreender que havia fatores outros, como a interdependência, e, o poder – e não a afetividade – que determinava as antigas relações.

Contudo, pode ser considerado o “melhor” para uma determinada classe, uma vez que, por meio dos estudos de Holanda, podemos compreender o que memorialista entende como a “tradicional família rural”. Pois, Pessoa faz severas críticas sobre as leis, principalmente trabalhistas – seja como causa do desemprego ou, da alteração entre a relação patrão e empregado – isto é, crítica de forma subentendida a interferência do Estado a “família”. E, segundo tal perspectiva, a família precede o Estado, onde não há concorrência de autoridade, que é representada pela figura do pai, que mantém a ordem e a coesão dos membros.

Ademais, em análise dos estudos do historiador citado, que na respectiva obra pesquisa sobre a sociedade colonial, se pode apreender que conclui que das *Raízes do Brasil* até o período em que escreve – e, expando para o momento de construção deste trabalho – não podemos falar de “dois mundos”, uma vez que, continua haver permanências da colônia a República, “uma invasão do público pelo privado, do Estado pela família”⁹⁴.

Além disso, ao ser perguntado Pessoa diz: “Um amigo, membro de uma tradicional família de São Gotardo me perguntou porque as famílias ricas, tradicionais de São Gotardo desapareceram ou tiveram sua importância social limitada pelo tempo”⁹⁵.

Para Pessoa essa transformação está vinculada ao fato da nova elite estar mais vinculada aos “centros mundiais da economia”. Concordando com sua argumentação podemos interpretar que no período houve uma rearticulação do poder, o que não significa que necessariamente ele mudou de “mãos”, o potencial econômico, e, as relações políticas continuam a ser o seu determinante. Aos que como Pessoa souberam se inserir nas novas formas em que se expressa, continuaram a exercer fortes influências nos espaços locais como no caso, ou em dimensão nacional.

⁹⁴ HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1999. p.81.

⁹⁵ PESSOA, op., cit., p.311

Para além da descrição das famílias dominantes no município, o memorialista relata que com o processo de maquinação do campo os pequenos e médios produtores venderam suas terras e foram residir no espaço urbano, caracterizando o êxodo-rural. Em consequência da impossibilidade de se adequarem ao novo modo de produção, e, a isso o narrador acrescenta a pressão social para o consumismo que o ex agricultor tradicional irá suprir tornando-se nas palavras do autor um boia-fria. Em tal perspectiva relata que houve: “Elevação dos níveis de vida social com uma invasão eletrônica dos lares, que ela, a invasão eletrônica, já não sabe mais distinguir lar pobre de lar rico. É uma invasão democrática”.⁹⁶

No tópico anterior se pode apreender que a leitura realizada por Pessoa homogeneiza o passado cultural das populações rurais independente do grupo social a que pertencem, as tendo sobre o estigma do atraso. O mesmo movimento de generalização sobre os sujeitos que vivenciam experiências comuns a um determinado espaço e tempo é realizado no presente. Assim como pode ser problematizado essa visão sobre o passado, podemos discutir na “modernidade” o mito do acesso democrático dos meios eletrônicos. Uma vez que, nem todos possuem recurso para os adquirirem, e, os tendo, o uso que fazem deles depende do acesso de outros elementos produzidos pela humanidade que envolve a cultura, a informação e a formação do sujeito. Apesar de relatar o êxodo rural como: “Essa invasão das cidades, por uma avalanche de populações incultas, sem preparo de mão de obra, multiplicou os violentos contrastes que existiam nos grandes centros”.⁹⁷

A desigualdade social é caracterizada como dos grandes centros urbanos, enquanto define o espaço urbano do município de São Gotardo:

No entanto, o êxodo rural no município de São Gotardo não produziu essa contradição. Pelo menos no seu início quando nossas populações eram todas autóctones, isto é, todos filhos de São Gotardo. Populações originariamente humildes, mesmo os mais ricos atualmente, não apresentam pretensões de ostentação.⁹⁸

O autor argumenta em parágrafo seguinte as razões por tal especificidade:

A chegada do fluxo migratório rural não produziu um contraste social de grandes desigualdades. A chegada em seguida de elementos de fora de nosso meio foi que apresentou um toque de diferenças sociais mais evidentes, sem se chegar, no entanto, a um contraste de grandes diferenciais, como acontecia nos grandes centros. Em nosso meio se dava uma mistura de população rural com população rural, e nos

⁹⁶ PESSOA, op., cit., p.312

⁹⁷ PESSOA, op., cit., p.316

⁹⁸ PESSOA, op., cit., p.316

grandes centros havia uma mistura de população rural com população industrial, dois meios sociais heterogêneos socialmente.⁹⁹

É evidente que a diferenciação que Pessoa faz da população que chega de outras regiões do país tem conotação preconceituosa. Todavia, deve ser analisado o fato dele interpretar que houve menos tensão social devido ambos serem de áreas rurais, isto é, compreendo que ele veja costumes em comuns entre aqueles que habitam zonas rurais. Compreendo que sobre os diferentes espaços talvez não haja uma tensão quantitativamente diversa, mas que ela se expresse de forma díspar.

Valdemiro nos conta o caso do tio, que foi um dos primeiros de sua família a deixar o Nordeste, onde anos depois retornou. Narra que seu tio, devido a interferência dos patrões sobre a vida particular dos empregados, não conseguia adquirir os bens que queria:

Mas, como cê chegava numa loja lá Sérgio, dos braços. Cê chegava assim, eu quero um piso da casa, eu quero oitenta metro de piso né, oitenta metro de piso lá... que tipo, se o cara rico vê-se o cê comprando esse piso ele memo ia lá e falava pro outro: cê tá doído pra quebrar memo né rapaz?

Uai por quê?

Não cê tá vendendo esse tanto pra essa pessoa, eu não vou dá serviço pra ele mais. Fulano também não vai dá.

Que era pro cara não vender né. Por causa que eles não queria vê a gente subir na vida. Lá igual eu te falo, tinha que nascer com aquilo. Difícil de mais. Aqui não, aqui meu tio cansou de ali, comprou um mundo véio de piso, comprou pia, comprou tudo aqui dentro de São Gotardo, botou no caminhão e levou até no Luís Magalhães, chegou lá deixou num lugar certo lá, aí um carro de São Desidério ia buscar no Mimoso. Na casa dele lá tem piso, tem tudo daqui de São Gotardo.¹⁰⁰

Tal narrativa corresponde a ideia defendida por Pessoa, contudo, desta vez, vista sob a perspectiva de um trabalhador que na maneira que lhe foi possível resistiu a ela. É incerto qual característica comum Pessoa tem em mente quando argumenta que em razão de serem ambas populações rurais houve menos tensão social que nos centros urbanos, todavia, podemos interpretar que o patriarcalismo foi algo enfrentado por uma e outra, que constituíram a chamada “modernidade”.

Não obstante, a respeito, devemos nos lembrar como o preconceito aos nacional-estatistas – que eram pejorativamente chamados “populistas” – se referia também a hostilidade quanto aos fluxos advindos da zona rural, compreendidos como a população inculta que aderira as respectivas políticas. Interpreto que esses críticos viam o apoio as propostas nacional-estatistas como uma manifestação do patriarcalismo na política, sendo que o simbolismo do pai não mais no empregador, mas sim nos políticos.

⁹⁹ PESSOA, op., cit., p.316

¹⁰⁰ Valdemiro Francisco dos Anjos (Natural da Bahia) – Entrevista realizada em 09 de janeiro de 2016.

Seria inocente negar a presença desse compadrio nas estratégias políticas, todavia, é extremamente necessário fazer a crítica da relação de aceitação do apadrinhamento pela população do campo, pois, se observarmos suas ações cotidianos a partir de sua própria perspectiva será possível ver a resistência nos pequenos atos.

3.5 Construção do Tempo: Passado, Presente e Futuro

Mas em futuro mesmo, futuro era quem tinha, já nasceu com ele. Agora nós que nasceu sem futuro, só com a vida mesmo e a coragem. (Valdemiro)

Creio que ao se estudar história o interesse por conhecer e tornar acessível todo o conhecimento sobre o passado esteja latente. Todavia, nos é possível apenas o conhecimento historiográfico, que, nem mesmo, está ao alcance de todos.

Quanto à transcrição acima, Valdemiro nos faz refletir que a partir da maneira por qual significa o futuro, este também está limitado a determinados grupos. Assim, seria possível imaginar homens presos ao presente? Sem perspectivas e expectativas orientadoras?

O passado é patrimônio da humanidade, contudo, para muitos, está limitado às próprias experiências – ao período de suas vivências e o que lhe é transmitido: pelo costume, por outras gerações, pela cultura. Todavia, seria apropriado caracterizar tal acesso ao passado como limitado?

Valdemiro interpreta que se nasce com ou sem futuro – porém, não é um determinismo, pois aqueles que não o possuem podem conquistá-lo, compreendo, assim, que ele significa “ter futuro” como possuir uma condição de vida melhor. Tal interpretação não se afasta do sentido usual de tempo, pelo contrário, demonstra a compreensão das condições sociais desiguais de seu meio, que por sua vez, influenciam no futuro de cada um/ na condição futura de cada um.

De tal forma, que ao caracterizar o município de São Gotardo, se utiliza do conceito, o associando ao espaço onde teve oportunidades. “Meio de mundo meu Deus do céu, de todo lado tem gente aqui, e, quem veio pra futuro tá aí. (...). De onde foi o futuro, foi dá onde? São Gotardo.¹⁰¹”

O futuro guarda toda a licença poética do vir a ser, dos sonhos, das expectativas. A consciência histórica, por sua vez, permite que se tenham instrumentos para torná-los possíveis. Cito Rusen:

¹⁰¹ Valdemiro Francisco dos Anjos (Natural da Bahia) – Entrevista realizada em 09 de janeiro de 2016.

A consciência histórica é o trabalho intelectual realizado pelo homem para tornar suas intenções de agir conformes com a experiência do tempo. Esse trabalho é efetuado na forma de interpretações das experiências do tempo. Estas são interpretadas em função do que se tenciona para além das condições e circunstâncias dadas da vida.¹⁰²

O conhecimento sobre acontecimentos passados de certo é um privilégio, porém, somente a informação não garante a consciência histórica. Podemos dizer que Valdemiro a partir da interpretação de sua realidade age conforme o descrito por Rusen, apesar, de não termos o registro de seu trabalho intelectual, é possível apreender que na prática, um dos mecanismos que dispõe para ir “além das circunstâncias dadas da vida” é o trabalho. Ele narra sobre sua chegada ao município:

Na verdade era o seguinte, a gente começou vim de lá pra cá de três, de quatro, ..., de cinco pessoa. E de acordo que a gente veio chegando aqui, todos os cara, o Chico foi acolhendo. Não, cê vai trabalhar comigo, levava nós pro Élson. O Chico nunca chegou num peão lá, teve uma vez que nós era vinte e dois Baiano aqui, o Chico chegou e falou assim: Esse aqui num vai trabalhar comigo, tá cheio tá, tem quantos aí?

Tem quarenta e um.

Tem, vai fazer quarenta e três, vai fazer quarenta e quatro.

Mas porque Chico aqui não tá dando nem pra nós não.

Dá, ele precisa de comer, ele passou fome foi lá na Bahia mais aqui ele vai trabalhar e vai comer, andar de barriga cheia, limpo, bem vestido, bem calçado, cê li quiser futuro na vida dele ele vai fazer, agora na Bahia eu não tô ligando que ele passou fome lá não, passava ou não passava?

Não Chico eu não passava não.

Passava, eu conheço a maior parte da Bahia, passava fome.

Aquilo era uma brincadeira que ele falava, a brincadeira era essa, aquele negócio tava fazendo o bem de cá, e, tava lembrando daquele trem ruim. Eu, às vezes até a gente passou mesmo. E como se diz passar fome cê não passava assim não, porque fome eu acho assim né Sérgio, dois, três dias sem ter nada pra comer. Mais nós passava não, comia nem de manhã, nem meio dia, mais de noite nós já achava uma coisa pra comer ué, era só uma refeição por dia, quebrando o galho e boa ainda. Então cê comia dois num dia e no outro cê passava com pequi, com caju, uma manga, um trem qualquer, mais de noite cê tinha uma coisa de sal pra comer, mais isso aí era verdade, eu não tenho vergonha de contar hora nenhuma.¹⁰³

Ao se lembrar de sua chegada reproduz o diálogo que teve com o chamado Chico da Catara – gerente de produção, que além de olhar as turmas que colhiam cenoura podia contratar novos trabalhadores – nessa conversa podemos ver o mesmo conceito de futuro. Enquanto para um a condição social foi à razão para buscar oportunidades, para o outro foi o

¹⁰² RUSEN, Jorn. Pragmática – a constituição do pensamento histórico na vida prática. In: **Razão Histórica**. Teoria da História: fundamentos da ciência histórica. Brasília: editora Universidade de Brasília, 1ª. Reimpressão, 2010, p.59.

¹⁰³ Valdemiro Francisco dos Anjos (Natural da Bahia) – Entrevista realizada em 09 de janeiro de 2016.

argumento para fornecê-las, uma vez que, para ambos o trabalho é um mecanismo para a construção do futuro, ou como nos diz Chico: “Fazer Futuro”.

A imagem da fome reaparece nas lembranças de Valdemiro, todavia, sobre novo aspecto. Ao mesmo que no outro tópico a mesma imagem de sofrimento é utilizada para rebaixar, discriminar, e, discutir sobre a permanência do sujeito da respectiva origem no lugar em questão – como podemos interpretar em outro fragmento citado abaixo –, Chico da Catara, ao invés disso, a utiliza para legitimar ou justificar a contratação do maior número de trabalhadores advindo do Nordeste.

... não esse aí passou fome, esse aí não sabe o quê que é carne de primeira não. Quantas vezes eu não tava num açougue assim e chegaram uns cara que trabalhava mais eu e falava assim pra mim: Ué? Cê vai levar dessa carne aí? Cê sabe que carne é essa, Cê tá é doido ué?

Mas porquê?

Não, a carne sua é essa aí – e mostrava – a carne de segunda, é essa aí. Cê não sabe que carne é essa aí. E no açougue que tinha aqui na praça foi muitas vezes. Era discriminação mesmo, não cês tem que comer é frango que é mais barato, se cês não juntar dinheiro cês não dá conta de voltar não. Era desse tipe com nós. E... Rapaz.... isso foi muitas vezes e muitas vezes mesmo que aconteceu isso.¹⁰⁴

No caso vemos que não é somente a concepção de pré-conceitos, isto é, o fato de desconhecem os migrantes, que levam naturais de São Gotardo a agirem preconceituosamente. A ideia de que os nordestinos deveriam retornar aos seus locais de origem traduz o medo pela concorrência no trabalho e nas relações sociais.

Como nos relata eram pessoas que trabalhavam consigo que lhe ofendiam, ou seja, sujeitos que pertenciam a sua mesma classe social. Assim, ao relermos as primeiras linhas desse subtítulo, podemos compreender que como Valdemiro os são-gotardenses com que compartilha o trabalho também procuram à sua maneira construir o futuro, pois, este não os está “dado”.

De tal forma que a introdução de novos elementos no espaço comum da cidade aglutina sentimentos de pertencimento e defesa daquele território. O meio que encontram para afastar o outro é produzir características que o inferioriza e, ao mesmo, o diferencie de si. E ao compreender a seu modo toda essa dinâmica, Valdemiro demonstra produzir o trabalho intelectual que Rusen denomina como consciência histórica.

Ademais, a educação – o ensino formal – se tornou outra referência para a construção do futuro para estes migrantes. O trabalho nas lavouras para os nordestinos que chegaram no início do processo de maquinação do campo, já significava uma ascensão no status social –

¹⁰⁴ Valdemiro Francisco dos Anjos (Natural da Bahia) – Entrevista realizada em 09 de janeiro de 2016.

principalmente pela inserção nos programas de seguridade social do governo que se concretiza para eles no ato da assinatura da carteira de trabalho.

Todavia, dentre os migrantes que entrevistei que possuem entre 20 e 30 anos de idade – que chegaram a partir da década de noventa – ser lavrador se concebe como uma condição provisória. Pois, o trabalho deixou de ser o único mecanismo para a conquista do modo de vida desejado. Esse passa a ser visto como um viabilizador da educação, como financiador de um curso de ensino superior na faculdade particular presente na cidade, ou nas que existem no município próximo – Patos de Minas. Mesmo que o meio final para a conquista dos bens desejados seja a possibilidade de outras formas de trabalho, é a educação que ganha destaque no processo de mobilidade social.

A possibilidade de cursar o ensino superior numa instituição pública é vista com muitas complicações, pela dificuldade de passar no curso desejado e a não conciliação entre o horário das aulas e o do serviço, de modo, que o ensino privado é interpretado como a opção mais viável.

Conquanto, a educação não se restringe as novas gerações de migrantes, mas se expande aos primeiros que se fixaram no município, que introduziram seus filhos nas escolas municipais e estaduais da cidade e que retornaram a ela como os próprios estudantes no Ensino de Jovens e Adultos (EJA) e nos Supletivos. Em tais circunstâncias o estudo pode ter outras significações, uma vez que, a procura pela escola se explica por dimensões do cotidiano, não se trata de ascensão social, mas da inserção nas práticas sociais modificadas pela técnica.

O letramento possibilita a comunicação por meio de aparelhos celulares, que com o acesso à internet se estende as mídias sociais como o facebook, e WhatsApp; além disso, facilita o uso dos espaços da cidade, e a independência na resolução de questões cotidianas como o uso dos bancos, que se agiliza pelo acesso aos caixas eletrônicos. Assim, com o retorno a escola pode não se alterar os rendimentos, todavia, se tem grande satisfação pessoal. Valdemiro nos narra:

Ó gente o cêis que trabalha na lavoura, eu sei que é difícil pro cêis, mas se cêis dá conta de estudar quinze dias no mês, cêis já tira nota boa no final do ano. E o cêis é inteligente, o cêis dá conta, cêis aprende. **(Reproduz fala de professora)**
Muitas vezes, muitas vezes. Aí depois, quando começou isso nós tava todo mundo home, nós já queria trabalhar pra vestir pra calçar e sair daquela miséria. Mas, na verdade esse povo cansava de fazer isso.
Aqui, dois mil e quinze que eu matriculei, esse ano já tô matriculado de novo, tô doido pra que chegue o dia pra mim começar.
Não, tô doido pra mim voltar, quase sessenta dias sem aula.

É agora é o terceiro se Deus quiser, daqui pra cima. Aonde em, cê bobo rapaz, a gente, umas vistas tão boa e não dá conta de ler.

Eu tenho das pessoa ali, não dá conta de por o nome no telefone pra discar o nome da outra pessoa, eu fico: Meu Deus do céu esse povo é atrasado de mais, mas não lembro de mim.

Eu fui tão inteligente Sérgio, que toda vida eu chegava num assim eu entrava e fazia minhas coisas assim, que as pessoas podiam até pensar que eu tinha estudo, não era. Aquilo é raciocínio que a gente tem sabe.

Igual conta, o cara me manda fazer uma conta aí, Nossa Senhora do céu. Eu não sabia fazer uma conta no celular pra nada. Hoje eu não faço no celular, mas eu faço ela de ideia bonitinha.

A professora fala assim: eu devia tanto e mais tanto, quanto que daria hoje. Eu falava hoje daria tanto. Então deixa eu vê. Ela pegava o giz e tanto, tanto, tanto. Quem te ensinou essa matemática. Eu falei: Deus, que eu não estudei ela. (risadas)¹⁰⁵

Quando cita a professora, interpreto que a educadora em questão compreende as especificidades de seus alunos, adequando as regras da escola – como o número restrito de faltas – a possibilidade dos alunos que estão condicionados ao horário de trabalho, e, não somente, mas ao cansaço físico e mental que a rotina da ocupação pode proporcionar, além das contingências no lar em que se tem esposa/marido, filhos (as) e um grupo familiar para dispender cuidados. Bem como, interpreto que a profissional compreende a comunidade em que está inserida e, é um instrumento modificador desta.

Valdemiro, nos conta que no passado quando surgiu a oportunidade do estudo já possuía idade para o trabalho, e, na ausência de possibilidade de associá-los, o trabalho foi a escolha da necessidade, que poderia lhe tirar da miséria. Apesar disso, conseguiu se adaptar mesmo sem estudo a funcionalidade dos espaços públicos, construídos para letrados. A mudança de visão para com o outro – a ideia de atraso – significa uma mudança na autoimagem e a construção de uma nova leitura de mundo.

A respeito, Luzinete nos narra que possui pouca leitura, todavia não vê a possibilidade de voltar a estudar pois: “ ... quando a gente não tá trabalhando porque acabou serviço da colheita do alho pessoal tá de férias da escola, aí quando volta à escola volta o serviço, aí não dá pra mim estudar... não dá pra mim estudar. Cuidar dos meninos também”¹⁰⁶.

José Domingos¹⁰⁷ natural do Piauí, por sua vez, diz que chegou a passar no curso de Ciências da Natureza na Universidade Federal, contudo, como o curso era integral, e, impossibilitaria o trabalho ele não pode fazer. Ele teria saído primeiramente de sua cidade em busca de melhores oportunidades de emprego em seu próprio estado. Nessa mudança ele

¹⁰⁵ Valdemiro Francisco dos Anjos (Natural da Bahia) – Entrevista realizada em 09 de janeiro de 2016.

¹⁰⁶ Luzinete da Costa Soares (Natural do Maranhão) – Entrevista realizada em 22 de janeiro de 2016.

¹⁰⁷ José Domingos (Natural de Piauí) - Entrevista realizada em 20 janeiro de 2017

conheceu alguns parentes que o incentivaram a estudar, ao conhecer o Instituto Federal prestou a prova e na segunda vez passou, iniciando o curso técnico de informática.

No terceiro período as dificuldades se agravaram e, ele decidiu trancar o curso em busca de melhorar a condição financeira para que depois tenta-se retomá-lo. José Domingos conta que recebeu durante oito meses uma bolsa do Instituto Federal que o auxiliava na despesa com a mobilidade até o local de estudo, todavia, tinha gastos com a moradia, pois, morava com parentes que devia ajudar e tinha a alimentação, e, como não conseguia emprego tornou-se difícil permanecer.

Em São Gotardo pretende trabalhar e pagar um curso de ensino superior. Como lembra o tio que o acompanhava para conseguir realizar os seus sonhos ele precisa “caminhar com as próprias pernas”.

É contundente a dissonância de oportunidades entre jovens de diferentes classes, contudo, é possível interpretar que as vivências dos filhos da classe trabalhadora podem lhes tornar mais responsáveis, autônomos e criativos perante as contingências da vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um trabalho de conhecimento historiográfico sobre o passado nunca é finalizado, apenas contribuímos sobre determinado tema. De modo, que este trabalho é apresentado com muitas lacunas que espero serem preenchidas algum dia, bem como, que sejam criadas muitas outras a partir de novas questões. Os vazios deste trabalho estão por certo vinculados as limitações da pesquisadora. Contudo, devo acrescentar algumas observações sobre a pesquisa e de sua prática.

A respeito da prática, posso falar da realidade que presenciei na cidade de São Gotardo, que dificultou o exercício da pesquisa, onde não possui um arquivo público e a prefeitura não tem uma guarda organizada dos documentos, que facilitaria o acesso e até mesmo poderia criar uma demanda pelas informações que são de interesse público.

Assim, é lamentável como a sociedade perde documentos e, pode-se dizer perde a sua história, à vista disso, o historiador negligencia seus espaços de atuação e, de forma mais trágica seus instrumentos de trabalho. A respeito, é preciso uma maior interlocução entre os arquivos e o historiador, digo, não apenas como pesquisador, mas como constituinte do espaço.

Considero que o historiador deve lutar por estes espaços, adquirir direito sobre eles. Que sejam tomadas iniciativas para que se criem leis que garantam a presença do profissional. Uma vez que, sim, há uma escassez de fontes – sobre as ações no interior do Brasil – da ditadura militar iniciada na década de sessenta. Contudo, a desocupação dos espaços públicos onde todos os dias uma história econômica, política e social é concebida, caracteriza um abandono da história que está sendo construída no presente e, delega uma responsabilidade a um futuro que sobre a destruição não terá sobre o que escrever.

Não obstante, não acho que seja um trabalho a ser desenvolvido solitariamente ou apenas pela categoria. O historiador pesquisador não deve nunca ser desvinculado do historiador professor, a história é um patrimônio da humanidade e, construindo uma consciência da importância desta ciência se forma cidadãos preocupados com a preservação de suas histórias.

Por sua vez, trabalhar com fontes orais é um desafio, mas compreendo como uma forma de interlocução com a sociedade, de estudá-la e de colaborar com a sua dinamicidade. Além disso, creio que a convivência seja um dos maiores instrumentos para se libertar de

preconceitos. Quando muitas barreiras são reproduzidas pela academia como diz Albuquerque:

... quase sempre as elites paulistas falam em nome da nação, do mesmo modo que os historiadores paulistas, mesmo falando de sua cidade, fazem história nacional, e os nordestinos, escrevendo sobre os nove estados, fazem história regional, divisão nacional do trabalho intelectual, que repercute a divisão de poder em nível nacional entre os diferentes espaços e elites econômicas, políticas e intelectuais¹⁰⁸

Não basta fazermos a crítica das desigualdades sociais quando as perpetuamos, como disse na introdução deste trabalho, historiadores estudam a humanidade e, como tal a sua diversidade. Além disso, sim, se tem hoje um maior acesso da população a informação, portanto, compreendo que a academia junto a sociedade deveria socializá-la, isto é, possibilitar encontros entre os vários sujeitos que formam o social. De forma, que as múltiplas críticas e interpretações sejam compartilhadas e o contraditório corrobore outras histórias.

¹⁰⁸ ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz. **Preconceito contra a origem geográfico e de lugar. As fronteiras da discórdia.** São Paulo: Editora Cortez, 2007, p.105 e 106.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SANTANA, Luiz Otávio Costa. **São Gotardo-MG: Um estudo sobre a presença Nipo-Descendente no Cerrado Mineiro.** Dissertação (Mestrado) – Instituto de Ciências Sociais/UFU, 2015.

FERREIRA, Alexandre Alves. **Êxodo rural no município de Ibiá entre as décadas de 1950 e 1970: A proletarização dos Lavradores.** Dissertação (Mestrado) – Uberlândia: Instituto de História/UFU, 2002.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura no Brasil, 1974 -1985. *In:* FERREIRA, Jorge e DELGADA, Lucília Neves de Almeida. **Brasil Republicano.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (Livro 4 – o tempo da ditadura)

REIS, Daniel Aarão. **O estado e os trabalhadores: o populismo em questão.** Locus: Revista de História. Vol.13, n. 2, 2007.

SOUZA, Pedro Herculano Guimarães Ferreira de. **A desigualdade vista do topo: a concentração de renda entre os ricos no Brasil, 1926-2013.** Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016, pp.215, 216.

RÜSEN, Jörn. Experiência, interpretação e orientação: as três dimensões da aprendizagem histórica e Narrativa histórica: fundamentos, tipos, razão. *In:* **Jörn Rüsen e o ensino de história.** Curitiba: Ed. UFPR, 2010.

RUSEN, Jorn. Pragmática – a constituição do pensamento histórico na vida prática. *In* **Razão Histórica. Teoria da História: fundamentos da ciência histórica.** Brasília: editora Universidade de Brasília, 1ª. Reimpressão, 2010.

PORTELLI, Alessandro **Forma e Significado na História Oral. A pesquisa como um experimento em igualdade.** Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 14, 1997.

NOVAIS, Fernando (coord.) **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998; v.4.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz. **Preconceito contra a origem geográfico e de lugar. As fronteiras da discórdia**. São Paulo: Editora Cortez, 2007

ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz. **A Invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

NETO, Wenceslau Gonçalves. **Estado e agricultura no Brasil. Política agrícola e modernização econômica brasileira (1960-1980)**. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

MARX, Karl. A maquinaria e a Indústria Moderna. *In: O capital. Livro 1: O processo de produção do capital*. São Paulo: Editora DIFEL, 1982.

CARVALHO, Marta Chagas de. Educação e política nos anos 20: a desilusão com a República e o entusiasmo pela educação. *In: LORENZO, H.C. de e COSTA, W. P. da (orgs.) A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: Ed. da UNESP, 1997.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação: as origens de nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: Relume Dumar, 1994.

GRAMSCI, Antoio; BORDIGA, Amado. **Conselhos de Fábrica**. São Paulo: Editora brasiliense, 1981.

GRAMSCI, Antoio. **A questão meridional**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra S/A, 1987.

FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; PAULO, Roberto de Almeida; KHOURY, Yara Aun (org.). **Muitas Memórias, Outras Histórias**. São Paulo:Olho D'Água, 2004.

MACIEL, Laura Antunes; PAULO, Roberto de Almeida; KHOURY, Yara Aun (org.). **Outras Histórias: memória e linguagens**. São Paulo:Olho D'Água, 2004.

CHALHOUB, Sidnei. **Trabalho, lar e botequim**. 2ªed. Campinas: Edunicamp, 2001.

THOMSON, Paul Richard. **A voz do passado: história oral**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

THOMPSON, E.P. **A formação da Classe Operária Inglesa**. V. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, E.P. **A formação da Classe Operária Inglesa**. V. 2. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LE BRETON, David. O corpo acessório. *In: ____*. **Adeus ao corpo: antropologia e sociedade**. 6ª ed.; Campinas, SP: Papyrus, 2013, p. 27-54)

FONTES

PESSOA, José. São Gotardo; Sua gente, sua evolução. Belo Horizonte: Editora O lutador, 2ª ed., 2000.

OLIVEIRA, Diego. **Em dia de protestos, governo alega acordo mas greve dos caminhoneiros continua na BR-354 em São Gotardo**. In: SG Agora, 2018. Disponível em: <<https://www.sgagora.com.br/sg/em-dia-de-protestos-governo-alega-acordo-mas-greve-dos-caminhoneiros-continua/>> Acesso em: 17 de julho de 2018

BRASIL. Lei nº 4.214, de 2 de março de 1963. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4214.htm> Acesso em: 21 de julho de 2018

BRASIL. Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973. **Estatui normas reguladoras do trabalho rural.** Brasília, DF. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5889.htm> Acesso em: 21 de julho de 2018

Google Maps. Disponível em: <www.google.com.br/maps/place/São+Gotardo,+MG,+38800-000/@-19.310007,-46.0481181,15z> Acesso em: 10/07/2018

Google Maps. Disponível em: <www.google.com.br/maps/dir/São+Gotardo,+MG/Universidade+Federal+de+Viçosa+-+Campus+Rio+Paranaíba> Acesso em: 10/07/2018

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017. Disponível: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/sao-gotardo/panorama>> Acessado em: 07 de setembro de 2017

Reuters. **Chegada de refugiados e migrantes na Europa em 2015 passa de 1 milhão**, 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/12/chegada-de-refugiados-e-migrantes-na-europa-em-2015-passa-de-1-milhao.html> Acesso em: 24/09/2018

ONUBR – Nações Unidas no Brasil. **Número de migrantes internacionais chega a cerca de 244 milhões, revela ONU**, 2016. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/numero-de-migrantes-internacionais-chega-a-cerca-de-244-milhoes-revela-onu/> Acesso em: 24/09/2018

MONTENEGRO, Raul. **A Europa contra os imigrantes**, 2017. Disponível em: <https://istoe.com.br/europa-contra-os-imigrantes/> Acesso em: 24/09/2018

GRAÇA. **ONU manifesta preocupação com medidas restritivas contra refugiados na Europa**, Agência Lusa Viena, 28 de abril de 2016. Disponível em:

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2016-04/onu-manifesta-preocupacao-com-medidas-restritivas-contra-refugiados-na> Acesso em: 24/09/2018

BBC News Brasil. **A história por trás da foto do menino sírio que chocou o mundo**, 2015.

Disponível:

<https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/09/150903_aylan_historia_canada_fd>

Acesso em: 24/09/2018

VELASCO, Clara; MANTOVANI, Flávia. **Em 10 anos, número de imigrantes aumenta 160% no Brasil, diz PF**, 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/06/em-10-anos-numero-de-imigrantes-aumenta-160-no-brasil-diz-pf.html>. Acesso em: 24/09/2018

ONUBR – Nações Unidas no Brasil. **População de migrantes no Brasil aumentou 20% no período 2010-2015, revela agência da ONU**; 2017. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/populacao-de-migrantes-no-brasil-aumentou-20-no-periodo-2010-2015-revela-agencia-da-onu/>> Acesso em: 24/09/2018

Entrevistados:

Edson Lino Bezerra (Natural de Alagoas) – Entrevista realizada em 08 de janeiro de 2016.

Luzinete da Costa Soares (Natural do Maranhão) – Entrevista realizada em 22 de janeiro de 2016.

Valdemiro Francisco dos Anjos (Natural da Bahia) – Entrevista realizada em 09 de janeiro de 2016.

Carlos Carvalho da Costa (Natural do Maranhão) - Entrevista realizada em 22 de janeiro de 2016.

Carleilson Carvalho da Costa (Natural do Maranhão) - Entrevista realizada em 22 de janeiro de 2016.

Rosymeire dos Santos (Natural do Maranhão) – Entrevista realizada em 08 de janeiro de 2016.

Abdiane Vieira de Lima (Natural do Pará) - Entrevista realizada em 18 de janeiro de 2016.

José Expedito Lima (Natural de Piauí) - Entrevista realizada em 20 janeiro de 2017

José Domingos (Natural de Piauí) - Entrevista realizada em 20 janeiro de 2017

Élio Pinheiro dos Santos – (Natural de Alagoas) Entrevista realizada em 16 de janeiro de 2018

Élia Pinheiro dos Santos - (Natural de Alagoas) Entrevista realizada em 16 de janeiro de 2018

Antônio Magno Barros da Silva (Natural do Maranhão) - Entrevista realizada em 22 de janeiro de 2016

Odair José Carvalho da Costa (Natural do Maranhão) - Entrevista realizada em 22 de janeiro de 2016

Jailson Sales (Natural do Maranhão) - Entrevista realizada em 22 de janeiro de 2016

Juraci Joaquim de Lima (Natural da Bahia) - Entrevista realizada em 22 de janeiro de 2016

Jhonatan Alves da Silva (Natural do Maranhão) - Entrevista realizada em 22 de janeiro de 2016